CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Ano XIII | nº 4 | DEZEMBRO 2015



O QUE PENSAM OS EMPRESÁRIOS AO FINAL DE 2015?

QUAIS DEVEM SER AS MEDIDAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO?

RETRATO DA PRODUTIVIDADE SETORIAL

DESAFIOS DA SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

AVANÇOS E OBSTÁCULOS NAS CONCESSÕES

CONJUNTURA DENSA NEBLINA DE INCERTEZA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

SindusCon SP
O Sindicato da Construção
Desde 1934

NESTA EDIÇÃO

4 **CRISE A SER SUPERADA**
2016, UM ANO PARA RENASCER

8 **PRODUTIVIDADE SETORIAL**
A PRODUTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

12 **TRIBUTAÇÃO**
OS DESAFIOS PARA A SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

16 **INFRAESTRUTURA**
CONCESSÕES NO BRASIL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS

19 **CONJUNTURA**
DENSA NEBLINA DE INCERTEZA

21 **INDICADORES**
CUSTOS SETORIAIS ABAIXO DA INFLAÇÃO

A Conjuntura da Construção está disponível para download nos sites:
www.construdata.com.br
www.sindusconsp.com.br

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do **SindusCon-SP** e da **FGV**. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.
Vice-presidente de Economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan
Editores: Ana Maria Castelo e Edney Cielici Dias (executivo)
Colaboraram nesta edição: Denise Inoue, Laurent Broering, Flávia Sousa Teles, Robson Gonçalves, Sérgio Camara Bandeira
Produção Gráfica: Lucia Paiva
Ilustração da capa e infográficos: Mario Kanno
Fotos: Thinkstock
Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522
Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3799 2371, Fax: (11) 3799 2375, **e-mail:** ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 6º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3799 2371 / 2356

SindusCon SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Presidente: José Romeu Ferraz Neto
Vice-presidentes: Eduardo Carlos Rodrigues Nogueira, Eduardo May Zaidan, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Antônio Messias, Luiz Claudio Minnitti Amoroso, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Rogério Luongo Sanchez, Roberto José Falcão Bauer, Ronaldo Cury de Capua
Representantes junto à Fiesp: Eduardo Ribeiro Capobianco, Sergio Porto,Cristiano Goldstein, João Claudio Robusti
Diretores Regionais: Elias Stefan Junior (Sorocaba), Fernando Paoliello Junqueira (Ribeirão Preto), Germano Hernandes Filho (São José do Rio Preto), Márcio Benvenutti (Campinas), Mario Cézar de Barros (São José dos Campos), Paulo Edmundo Perego (Presidente Prudente), Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru) Ricardo Beschizza (Santos), Sergio Ferreira dos Santos (Santo André)
SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 01238-010, **Tel.:**(11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br

FGV IBRE

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira
Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto
Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli
Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 3799 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes.
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr.,Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis , Ary Oswaldo Mattos Filho, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Tomas Brizola (Banco BBM S.A).
Suplentes: Aldo Floris, Emerson Furtado Lima (Brookfield Brasil LTDA), Luiz Roberto Nascimento Silva, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victorio Carlos de Marchi.

A obrigatória tarefa de reconstrução

O novo ano vai começar com o pior nível de expectativas do empresariado da construção que se tem notícia. Tampouco há perspectivas acalentadoras de desatar o nó político que precede o nó econômico. Esse duplo nó, como se sabe, paralisa o Brasil e esvazia as esperanças dos brasileiros.

No entanto, talvez mais do que nunca na história deste país, é necessário trabalhar. A sociedade não pode aceitar a situação de descontrole e de retrocesso econômico, de cinismo político, de escárnio das necessidades dos brasileiros.

O antídoto para isso é trazer elementos válidos para o debate e para as tomadas de decisão. São necessárias proposições embasadas combinadas com ação pragmática, pois está em jogo o presente e o futuro da população brasileira. Que todos façam sua parte.

Há uma agenda de reformas que deve ser perseguida. O setor produtivo não pode se omitir, as lideranças empresariais devem defender os pontos necessários para que o ambiente de negócios melhore, que as amarras da economia se desfaçam, que os empregos voltem a brotar, que a produção ganhe força e qualidade.

O que que cabe neste momento ao setor da construção é resgatar as condições que propiciam sua contribuição ao crescimento da economia e ao aumento de qualidade vida dos brasileiros, cuja importância os anos recentes mostram a dimensão.

Esta revista mais uma vez traz subsídios embasados para o debate de superação da crise, de aprimoramento institucional, de aceno a perspectivas factíveis. Seguimos firmes na determinação de fazermos nossa parte.

Por fim, desejar um feliz ano novo é mais do que nunca um compromisso com o respeito, o trabalho e a produção.

Que realizemos um próspero 2016!

Frase



DIREÇÃO GERAL

"A era da liberalização do mercado foi também a era das crises financeiras, culminando na maior e mais importantes delas, que começou em 2007. (...) Mas é impossível olhar para o desenvolvimento das três últimas décadas sem concluir que, não obstante as falhas e decepções, a direção geral foi no sentido de governos mais responsáveis, economias mais voltadas ao mercado e, portanto, no sentido de relações mais cooperativas entre estados e de soma positiva."

Martin Wolf, editor do *Financial Times*, no livro "As Transições e os Choques".

2016, UM ANO PARA RENASCER

A Sondagem da Construção, realizada pelo SindusCon-SP desde 1999, chegou ao final de 2015 com recordes indesejados; lideranças do setor apontam medidas para a retomada das atividades

Edney Cielici Dias e Ana Maria Castelo

O que pensam os empresários da construção ao final de um ano de baixíssimo desempenho? Tendo em vista o futuro, quais são as medidas que, de acordo com as lideranças setor, devem ser tomadas para que sejam factíveis a retomada das atividades e o crescimento econômico? Este artigo traz contribuições para ajudar a responder essas perguntas.

Deterioração do cenário econômico e setorial

A Sondagem da Construção, realizada pelo **SindusCon-SP** desde 1999, chegou ao final de 2015 com recordes indesejados. Os empresários apontam uma atividade setorial extremamente enfraquecida, com dificuldades financeiras altas e custos em elevação, e mostram-se muito pessimistas em relação à retomada dos negócios e da economia. Nunca antes na série histórica da pesquisa a percepção de desempenho da atividade das empresas atingiu patamar tão baixo, com 24 pontos numa escala de 100 – 47% abaixo da média histórica.[1] Trata-se do resultado de uma progressiva deterioração iniciada no final de 2013, mas que se acentuou fortemente a partir do primeiro trimestre de 2015.

> **"Os governos da União, dos Estados e dos Municípios têm que colaborar decisivamente na elevação contínua da produtividade."**
> José Romeu Ferraz Neto, presidente do SindusCon-SP

A avaliação negativa em relação à situação corrente contamina também a percepção de futuro. O indicador de perspectivas de desempenho também alcançou sua pior marca desde o início da pesquisa. Outro recorde negativo veio da avaliação financeira: as empresas vêm reportando um crescimento forte das dificuldades nesse quesito, refletindo o cenário de alta dos juros e condições mais restritivas de crédito. O pessimismo em relação à evolução dos custos setoriais nos próximos meses aumentou na comparação com o resultado observado há 12 meses, mas ainda está acima do piso observado em 2008.

O resultado mais baixo apurado na sondagem foi o indicador que avalia as expectativas de crescimento da economia, que ficou 80% abaixo da média histórica, atingindo 15 pontos numa escala de 100. As últimas revisões realizadas pela maioria dos analistas para o PIB de 2015 e 2016 corroboram o inédito pessimismo setorial em relação à atividade econômica.

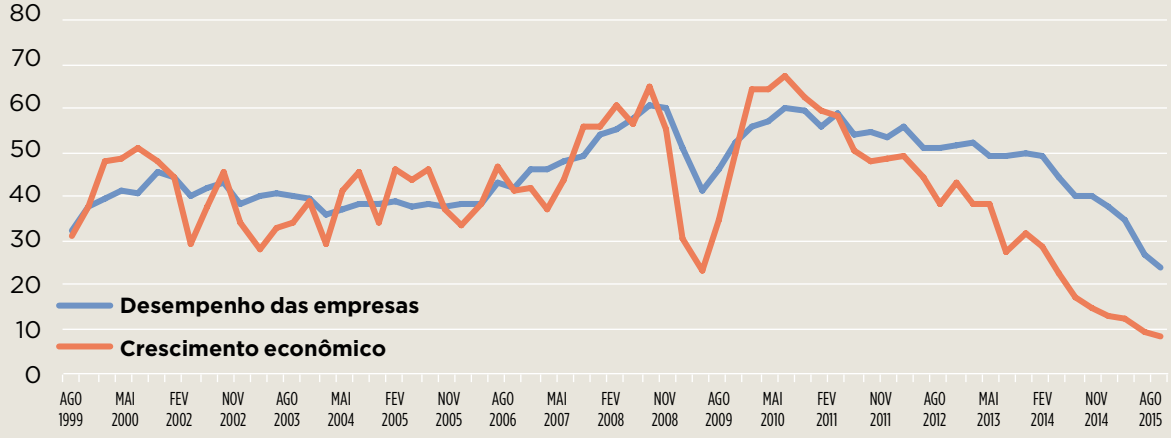
Visão de questões estratégicas

A sondagem de novembro trouxe também a percepção dos empresários em relação a questões estratégicas, como a visão sobre políticas públicas e expectativas de médio e longo prazo.

No que diz respeito à adoção de novas tecnologias ou aos investimentos em máquinas e equipamentos, a maioria revelou baixa disposição de realizá-los em 2016. No entanto as empresas indicaram intenção de promover mudanças organizacionais, o que pode envolver alterações relevantes de quadros, alteração de governança, do número de setores/departamentos, no relacionamento com investidores. Outra estratégia de enfrentamento da crise bem considerada

1 Isso significa que, ao longo dos anos da Sondagem, a expectativa média de desempenho foi 45 em uma escala de 0 a 100.

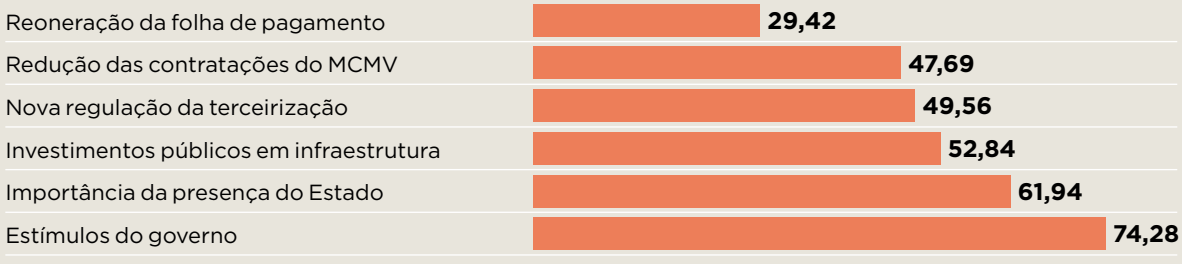
SONDAGEM DA CONSTRUÇÃO – PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS



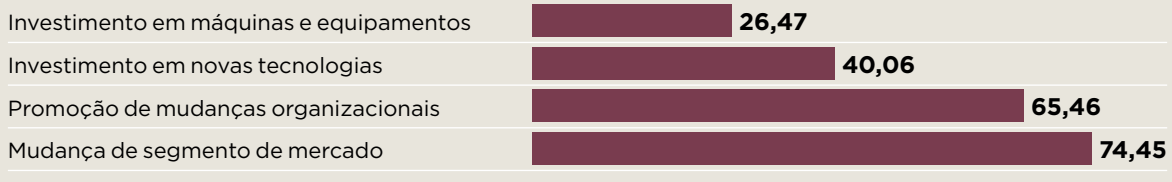
	Brasil		São Paulo	
	Novembro			
	2015	2014	2015	2014
Desempenho da empresa	24,0	40,1	22,8	40,0
Dificuldades financeiras	69,7	59,9	69,8	59,9
Perspectivas de desempenho	25,2	41,4	23,8	41,2
Perspectivas de evolução dos custos	45,4	50,9	45,0	52,0
Condução da política econômica	15,2	17,6	16,1	16,9
Inflação reduzida	15,1	15,0	15,5	14,4
Crescimento econômico	8,4	15,0	8,2	14,2

Os dados estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de "Expectativas de dificuldades financeiras", no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

Percepção de políticas públicas



Estratégias de negócio



Visão do futuro

Crescimento de médio e longo prazo	47,06
Melhora do ambiente de negócios em 2017	58,28

pelos empresários é a mudança de segmento de mercado.

Ao serem indagados sobre os impactos de recentes mudanças políticas, os empresários indicaram que a volta da oneração da mão de obra terá impactos negativos sobre os negócios. Embora em menor medida, a nova regulação da terceirização também afetará negativamente as empresas.

A redução das contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida, segundo os pesquisados, deve ter grande influência no desempenho das empresas e deprimir anda mais a atividade. Comparativamente, a redução dos investimentos públicos em infraestrutura terá efeito mais reduzido sobre os negócios, o que provavelmente está relacionado ao perfil das empresas que participam da pesquisa, majoritariamente voltadas para a área de edificações.

A maioria dos empresários indicou a necessidades de novos estímulos governamentais para a retomada da economia – eles veem a presença do Estado como importante para a promoção do crescimento. Por fim, as empresas não se mostram muito confiantes no seu crescimento de médio e longo prazo, embora acreditem em uma melhora no ambiente de negócios a partir de 2017.

Condições prévias para a retomada

Dado o quadro desanimador percebido pelos empresários da construção, quais são os elementos necessários para uma mudança de perspectiva?

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) frisa as pré-condições necessárias para a retomada. "Nós entendemos que enquanto não forem atacados os problemas estruturais do Brasil, tudo será remedinho. E está na hora da cirurgia. É preciso conduzir o ajuste fiscal com foco na diminuição dos gastos públicos, priorizando o investimento. O doente não sobreviverá só com remédio. Também temos defendido um esforço efetivo para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, de modo que os empresários tenham condição de retomar os investimentos", avalia o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

> **"Os governos devem praticar o planejamento e contratar, pela melhor solução técnico-econômica, os projetos completos, executivos. Se esse procedimento for realmente respeitado, muitas operações Lava-Jato poderão ser evitadas."**
>
> **José Roberto Bernasconi,** presidente do Sinaenco.

Nessa abordagem geral, o Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) aponta a necessidade de uma efetiva mudança nos níveis de confiança no país, o que envolve a resolução da crise institucional, a aprovação de um ajuste fiscal e o estabelecimento de limites para o endividamento público. "Além disso, é imprescindível o monitoramento da sociedade na efetiva aplicação dos recursos da caderneta de poupança e do FGTS, enquanto o cenário econômico não permitir que sejam implantados outros modelos de financiamento para o setor imobiliário", complementa Claudio Bernardes, presidente do Secovi-SP.

A Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop) defende a redução do tamanho do Estado com a redução dos gastos com custeio, paralelamente ao enfrentamento do déficit do sistema previdenciário. "No campo setorial, defendemos medidas que garantam maior participação de empresas nos programas de concessões, respeito às regras de mercado, prioridade no pagamento de serviços executados e um planejamento de gastos com obras discutido claramente com o setor", complementa Luciano Amadio Filho, presidente da Apeop.

Para o estabelecimento de uma agenda positiva

A mudança do atual cenário depende de medidas que efetivamente sinalizem melhora do ambiente de negócios. Para o **SindusCon-SP**, uma das principais é a instituição de um novo marco regulatório para viabilizar parcerias público-privadas e concessões de obras e serviços de infraestrutura. "Isso seria estratégico para viabilizar a participação de capital privado em projetos de grande relevância econômica e alavancadores da economia e do emprego, tais como rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrelétricas, estações de saneamento básico etc. O marco regulatório deveria ensejar projetos executivos com a participação dos órgãos licenciadores desde a fase de sua concepção, além de segurança jurídica para o cumprimento dos contratos. Com isso, mitigam-se riscos e se reduzem custos, abrindo caminho para taxas de retorno de investimento justas", explica o presidente do **SindusCon-SP**, José Romeu Ferraz Neto.

Esse modelo também daria mais segurança às instituições financeiras para aceitar as receitas futuras dos empreendimentos como garantia para a concessão de crédito. "Essa modalidade, o Finance Project, já se mostrou um sucesso em outros países. Para estimular a participação de pequenas e médias em-

presas, as licitações deveriam sempre permitir a formação de consórcios", complementa Ferraz Neto.

Outra medida seria, na visão do **SindusCon-SP**, o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor, de forma a promover equilíbrio entre incorporadoras e construtoras, de um lado, e adquirentes de imóveis, de outro, no caso de distrato, o que evitaria seguidas decisões judiciais.

O **SindusCon-SP** ressalta também a relevância de estabelecer fonte perene de financiamento para a habitação de interesse social, a fim de evitar situações como a vivida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida neste ano, com atraso de obras e inviabilização de contratação de novos conjuntos – o que ajudou a agravar o desemprego setorial.

> **"Enquanto não forem atacados os problemas estruturais do Brasil, tudo será remedinho. E está na hora da cirurgia. É preciso conduzir o ajuste fiscal com foco na diminuição dos gastos públicos, priorizando o investimento."**
>
> **José Carlos Martins,** presidente da CBIC.

Por melhores projetos e maior capacidade técnica

Para o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), o governo federal deveria contratar projetos de arquitetura e engenharia para as diversas obras previstas para equacionar os gargalos de infraestrutura. "Este é o momento ideal para isso, pois os projetos exigem a mobilização de recursos financeiros de pequena monta - menos de 5% do custo da obra - e serão extremamente úteis quando o país retomar o crescimento", avalia José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco.

Este tempo de "vacas magras" seria, dessa forma, aproveitado para o desenvolvimento de projetos que permitiriam a execução de obras de qualidade, com prazos e custos definidos, agregando transparência e evitando a ocorrência de obras inacabadas, orçamentos estourados e atrasos das obras. "Também permitiria a manutenção da competência técnica reunida nas empresas de projeto e gerenciamento de obras, que é essencial para a competitividade do país e está sendo desmantelada com a crise", diz Bernasconi.

Uma agenda de melhoria das contratações de obras públicas, de acordo com o Sinanenco, depende da sequência da discussão e votação pelo Congresso Nacional da reforma e atualização da Lei de Licitações. Essa agenda traria um grande benefício ao país. Nas palavras de Bernasconi: "Os governos devem praticar o planejamento e contratar, pela melhor solução técnico-econômica, os projetos completos, executivos. Se esse procedimento for realmente respeitado, muitas operações Lava-Jato poderão ser evitadas".

Produtividade em tempos de crise

A produtividade é um tema central para o setor e seu equacionamento torna-se, ao mesmo tempo, mais premente e problemático no atual contexto. Para a CBIC, a chave para o problema pode ser sintetizada em condições que propiciem segurança para o empreendedor. "É preciso um mínimo de previsibilidade, um horizonte de continuidade do negócio. Para o empresário, não há nada pior que esse anda-para que o Brasil vive hoje. Também é preciso atacar de frente a burocracia, responsável por cerca de 12% do valor de venda do imóvel; e modernizar a legislação trabalhista, privilegiando a produtividade", afirma José Carlos Martins.

Para o **SindusCon-SP**, a queda da atividade deveria ser aproveitada pelas empresas para se atualizar em gestão, BIM (modelagem de informações da construção) e processos construtivos. Nesse sentido, o sindicato prepara uma ampla grade de cursos e seminários em 2016. Paralelamente, está se articulando com as entidades dos trabalhadores para oferecer capacitação aos desempregados.

"Os governos da União, dos Estados e dos Municípios têm que colaborar decisivamente na elevação contínua da produtividade de diversas formas. Deveriam desburocratizar e agilizar os licenciamentos; buscar equacionamentos tributários que estimulem a construção industrializada; exigir gradualmente que os projetos de empreendimentos sejam feitos em BIM; e realizar ações para aumentar a oferta de vagas nos cursos técnicos. Também seria importante que as faculdades de engenharia e arquitetura atualizem seus currículos com conhecimentos sobre BIM, gestão de empreendimentos, construção sustentável, normas técnicas, saúde e segurança do trabalho", pondera Ferraz Neto.

Por fim, cabe resumir que 2016 é um ano para ser reconstruído dos escombros do ceticismo, com medidas que tenham credibilidade e que se reflitam na criação de oportunidades, na melhora do ambiente de negócios e na consequente reversão de expectativas.

A PRODUTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

O segmento é menos produtivo que a média de cada economia; os níveis de produtividade setorial e global são menores em países emergentes

Robson Gonçalves, Rogerio Souza, Ana Maria Castelo e Laurent Broering

Neste artigo, apresenta-se o resultado parcial de estudo da **FGV** sobre a produtividade da construção realizado para o **SindusCon-SP**. De forma a permitir o maior número de comparativos, tanto no tempo quanto no espaço, o denominador utilizado foi o trabalho, medido pelas horas trabalhadas. Estimou-se a produtividade da construção em âmbito nacional e para um conjunto de países selecionados[1].

Considerando os países deste estudo, o diferencial de produtividade entre o setor da construção e a economia como um todo passou de 1,4% em 2003 para 11,3% em 2013, resultado de uma perda de produtividade que se acentuou especialmente após a crise econômica financeira de 2008.

Nesse sentido, a economia americana é emblemática: a construção esteve no epicentro da crise e mergulhou em uma queda bastante forte nos anos seguintes, com efeitos em sua produtividade. Em 2003, a produtividade da construção era 27% inferior a da economia. Em 2009, a produtividade setorial já era 32% inferior à de toda economia, diferença que vem sendo mantida até 2013.

As disputas fiscais entre unidades da Federação interferem na localização de plantas e centros de distribuição de materiais de construção no Brasil. Com isso são introduzidos custos e riscos logísticos desnecessários na tentativa de reduzir o ônus tributário.

No Brasil, a produtividade setorial em 2003 era cerca de 32,5% inferior à média da economia. Esse diferencial se manteve ao longo do período, ainda que com oscilações, tendo chegado a 31,7% em 2013.

No caso de nações emergentes, nota-se a existência de outro desnível, considerando a comparação setorial entre países. Em 2003, a produtividade do trabalho na construção brasileira era cerca de 71% menor do que a média dos países do estudo e 82% da produtividade americana. Em 2013, após os anos de forte crescimento setorial, esse diferencial diminuiu, mas ainda permanecia em 69,5% na comparação com a média dos países e em 80% no caso da economia americana.

O diferencial de produtividade também existe quando se comparam os níveis de produtividade da economia como um todo. Em 2003, o valor adicionado por trabalhador na economia brasileira como um todo era 77,2% menor que a média dos países desenvolvidos da amostra. Em 2013, esse *gap*, apesar de menor, ainda era de 76,1%.

Assim, em uma perspectiva internacional, existe um duplo *gap* de produtividade: a construção civil é menos produtiva que a média de cada economia, uma diferença que aumentou nos últimos dez anos. Também nota-se que os níveis de produtividade setorial e global

1 Países considerados no cálculo: Austrália, Brasil, Canadá, China, Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Holanda, Portugal, Rússia, Suécia, Estados Unidos.

DUPLO GAP DE PRODUTIVIDADE: CONSTRUÇÃO X MÉDIA DA ECONOMIA

Brasil x países mais desenvolvidos

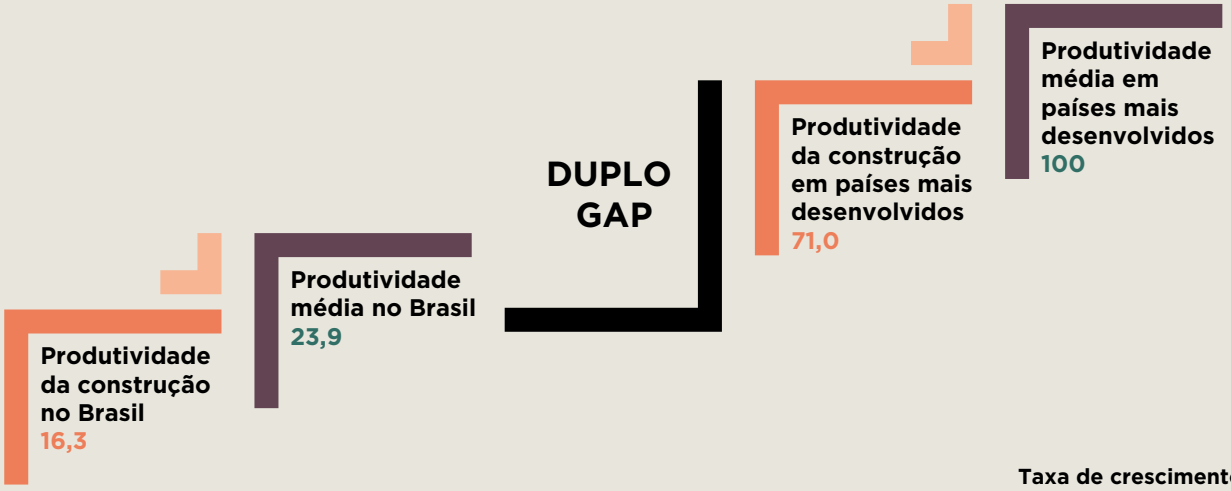


GRÁFICO 1
Diferencial de produtividade NA ECONOMIA EUA = 100, 2003-2013

	2003	2013	Taxa de crescimento da produtividade
Estados Unidos	**100,0**	**100,0**	**15,0%**
França	98,1	91,8	7,5%
Holanda	87,3	82,0	7,9%
Suécia	83,8	80,7	10,7%
Alemanha	80,6	76,7	9,3%
Reino Unido	80,9	74,5	5,8%
Austrália	74,7	74,1	14,1%
Canadá	77,6	73,6	9,1%
Japão	66,4	64,9	12,3%
Itália	73,6	64,8	1,3%
Espanha	63,7	63,2	14,1%
Coreia do Sul	44,0	57,3	49,8%
Portugal	43,8	44,1	15,6%
Índia	17,3	30,0	99,5%
Rússia	20,0	24,2	39,1%
México	25,9	23,0	2,2%
Brasil	**19,5**	**20,2**	**19,2%**
China	**7,5**	**16,7**	**156,7%**

GRÁFICO 2
Diferencial de produtividade NA CONSTRUÇÃO EUA = 100, 2003-2013

Espanha	68,3	105,6	66,5%
França	100,2	104,7	12,4%
Estados Unidos	**100,0**	**100,0**	**7,6%**
Holanda	96,2	98,3	10,0%
Reino Unido	97,5	96,7	6,8%
Suécia	87,2	94,7	16,8%
Canadá	80,9	78,9	4,9%
Alemanha	72,3	78,7	17,2%
Austrália	76,4	75,2	5,9%
Itália	80,7	74,5	-0,6%
Coreia do Sul	61,8	67,7	17,9%
Japão	57,7	57,8	7,7%
Índia	27,9	42,1	62,3%
Portugal	36,8	37,2	8,9%
Rússia	26,2	26,3	7,9%
México	25,4	22,9	-2,9%
Brasil	**18,1**	**20,3**	**20,6%**
China	**7,8**	**15,1**	**108,4%**

Fonte: Fonte: WIOD, Conference Board. Elaboração FGV

são menores em países emergentes como o Brasil na comparação com os países mais avançados.

Ao se considerar o nível médio da produtividade total da economia nos países desenvolvidos utilizada neste estudo como base 100, percebem-se as distâncias entre a construção em cada região/país, bem como o grande diferencial de produtividade entre o Brasil e a média dos países desenvolvidos.

Portanto, em países como o nosso, o desafio é reduzir simultaneamente os desníveis de produtividade da construção em relação à média da economia e da construção brasileira em relação ao mesmo setor nos países mais avançados.

O desafio da produtividade no Brasil

A capacidade de pessoas, empresas, setores e países de gerar valor depende de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, é necessário que haja oportunidades efetivas de negócio (demanda). No caso da construção civil brasileira, nossas carências habitacionais e de infraestrutura são evidentes e, portanto, esse requisito está garantido.

É comum atribuir-se à baixa qualificação da mão de obra os obstáculos ao aumento da produtividade na construção brasileira. De fato, os níveis de qualificação do trabalhador da construção civil encontram-se abaixo da média da economia. Esse é um elemento explicativo para o *gap* entre os níveis de produtividade do setor e da economia como um todo.

No entanto, essa é uma questão que atinge a construção em muitos países. Por suas características, o setor atrai uma mão de obra com menos anos de estudo. E tal fato não impede o uso de novas técnicas construtivas e de gestão, nem a utilização de novos materiais.

No Brasil, a produtividade setorial em 2003 era cerca de 32,5% inferior à média da economia. Esse diferencial se manteve ao longo do período, ainda que com oscilações, tendo chegado a 31,7% em 2013.

Conclui-se que a questão do acesso e do emprego efetivo de processos construtivos inovadores e industrializados vai além da questão da habilidade da força de trabalho vista "na ponta" das diferentes tarefas necessárias para a realização de uma obra. E, ainda que esse seja um elemento relevante, mensurada pelo número de anos de escolaridade, a qualificação da mão de obra na construção civil brasileira vem crescendo nos anos recentes, lado a lado com o aumento da formalização. Essa melhoria progressiva da qualificação também é observada em outros países.

O conjunto de fatores que determina a produtividade

Nessa discussão, ganham destaque questões como a gestão da força de trabalho, a organização do canteiro, a eficiência logística e o relacionamento com fornecedores. Esses são elementos tão ou mais importantes do que a qualificação do trabalhador da construção. E, nesse aspecto, a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos é significativa. O acesso a recursos com maior potencial em termos de geração de valor, como regra, torna-se infrutífero sem um conjunto de competências adequado, barrando a efetiva elevação da produtividade. Tecnologia, processos industrializados, materiais inovadores sem melhoria da gestão resultam, no mais das vezes, em maior desperdício e em aumentos tímidos de produtividade.

Um dos aspectos nos quais o *gap* brasileiro pode ser quantificado é o da eficiência logística. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o 65º em termos de eficiência logística em um universo de 160 países, sendo superado nesse ranking por nações como Índia, México, Turquia e Argentina. Tomando-se os níveis de eficiência do país líder do ranking, a Alemanha, o *gap* brasileiro é da ordem de 37,7%. Em relação a países emergentes como Índia e Turquia, o hiato brasileiro é de 6,5% e 22%, respectivamente.

Embora a questão logística sempre tenha sido relevante para construção civil em uma dimensão ainda maior do que para a média das atividades econômicas, nas últimas décadas esse elemento se tornou ainda mais crítico. Isso porque a evolução dos processos construtivos e da forma de organização da "linha de produção" das construtoras tornou-se cada vez mais intensiva em serviços terceirizados.

Na medida em que cada construtora ou incorporadora passa a gerenciar uma rede crescente e cada vez mais complexa de prestadores de serviços, os quais, por sua vez, também dependem de seus próprios fornecedores de insumos, ineficiências logísticas acabam por ter um impacto potencial maior sobre a produtividade de trabalho nas construtoras como um todo.

No mesmo sentido, restrições de natureza tributária podem, por si, a despeito da eventual eficiência dos canais de distribuição de materiais, introduzir distorções rele-

vantes. Concretamente, no Brasil, as disputas fiscais entre unidades da Federação interferem na localização de plantas e centros de distribuição de materiais de construção. Com isso, em muitos casos, são introduzidos custos e riscos logísticos desnecessários na tentativa de reduzir o ônus tributário.

A estrutura tributária vigente no país introduz outra distorção com grandes impactos na produtividade. Ainda que uma empresa da construção tenha acesso a recursos e pleno domínio da técnica para utilizá-los (*know-how*), poderá não utilizá-los por conta de distorções de natureza fiscal.

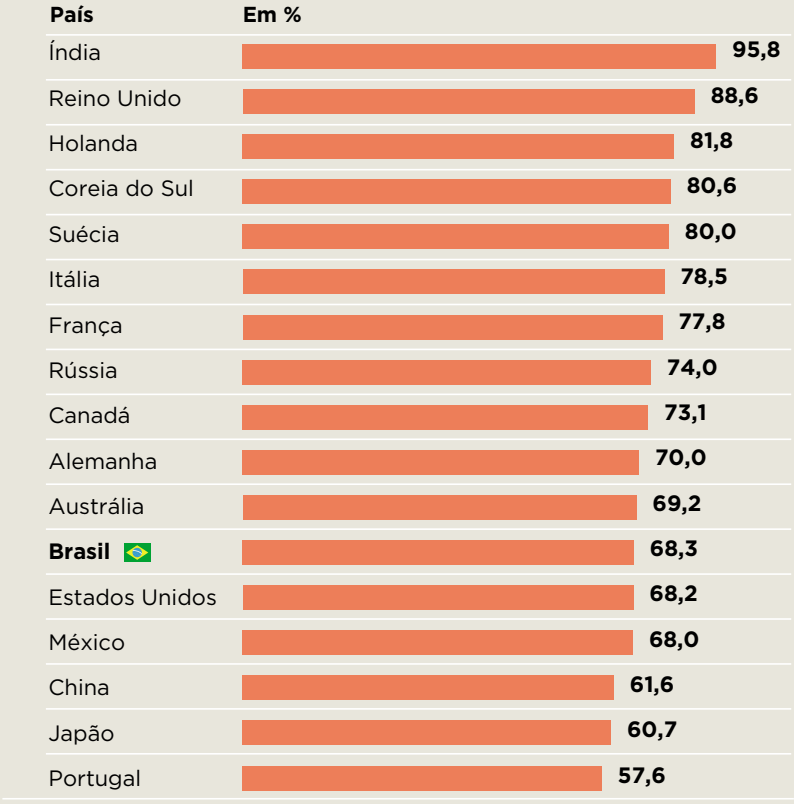
Enfim, a discussão acerca da produtividade na construção deve incluir dimensões que estão "portas a fora" das próprias empresas. E, na medida em que a utilização de teias cada vez mais complexas de fornecedores torna-se a regra setorial, mais críticos se tornam essas dimensões do ponto de vista da geração de barreiras à produtividade.

Não menos importante é a questão da burocracia. O exemplo internacional deixa claro que países como a Rússia, a despeito de compartilhar características setoriais comum com os países escandinavos, têm baixa produtividade em razão, dentre outros elementos, da confusão de regras burocráticas e da baixa uniformidade dessas regras no que se refere à regulação da atividade da construção.

Por fim, não se pode negar a importância da estabilidade macroeconômica. Dada a característica setorial de longos ciclos de produção, a construção civil exige horizontes igualmente largos de planejamento para empresas e famílias. Mudanças repentinas nas variáveis macroeconômicas, tais como renda, emprego, juros, tributos e câmbio, dificultam, quando não inviabilizam, o investimento habitacional e em infraestrutura. Os programas de incentivo para esse investimento serão tão mais bem-sucedidos quanto mais estável for o ambiente macroeconômico e, portanto, menor o grau de incerteza quanto àquelas variáveis, cujos impactos sobre a construção civil podem ser severos.

Em síntese: há um longo caminho a trilhar para garantir a elevação da produtividade da construção civil brasileira, reduzindo o duplo *gap* que nos separa dos países mais desenvolvidos. E, a despeito dos avanços recentes, muito ainda está por ser feito. A agenda setorial é ampla e complexa. Mas a experiência internacional pode e deve servir de guia.

PRODUTIVIDADES COMPARADAS: CONSTRUÇÃO/ECONOMIA (2013)



Fonte: WIOD, Conference Board. Elaboração FGV

O desafio é reduzir simultaneamente os desníveis de produtividade da construção em relação à média da economia e da construção brasileira em relação ao mesmo setor nos países mais avançados.

OS DESAFIOS PARA A SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

A reforma diz respeito à qualidade dos tributos. O Brasil tem um sistema extremamente complexo, que afeta de forma significativa a organização da produção, que trata desigualmente situações equivalentes e que não é nada transparente

Bernard Appy*

Há uma grande confusão no debate sobre a reforma tributária no Brasil. Alguns acham que o objetivo de uma reforma tributária deveria ser a redução da carga tributária. Outros, ao contrário, acham que a reforma tributária deveria elevar a arrecadação, de modo a financiar uma ampliação das políticas sociais.

Na verdade, a reforma tributária não tem a ver nem com a redução nem com o aumento da arrecadação. O tamanho da carga tributária de um país é definido pelas despesas do setor público. Se um país gasta muito, tem de arrecadar muito para financiar as despesas.

O que infelizmente não existe no Brasil é um espaço democrático adequado para a discussão do que o país quer em termos de gasto público e carga tributária. O que existe é um regime de decisões fragmentadas em que medidas que afetam de forma relevante os gastos são tomadas sem que se discuta como serão financiadas. Mas este é um tema para outro artigo.

A reforma do sistema tributário diz respeito à qualidade dos tributos. É possível ter um país com carga tributária alta e bons tributos e outro com carga tributária baixa e tributos de má qualidade.

Os tributos sobre o consumo brasileiro fogem completamente do padrão de um bom IVA.

A teoria (e também a prática) estabelece que um bom sistema tributário deve ter as seguintes características: a) simplicidade; b) neutralidade (ou seja, deve distorcer pouco a forma de organização da produção); c) equidade (tratamento igual de situações iguais); e d) transparência (as pessoas devem saber o quanto estão pagando de tributos). São essas características que permitem que o sistema tributário compatibilize os objetivos (usualmente conflitantes) de arrecadar, prejudicar pouco a produtividade e o crescimento do país e não ser injusto do ponto de vista distributivo.

O sistema tributário brasileiro não tem nenhuma dessas características. Ao contrário, trata-se de um sistema extremamente complexo, que afeta de forma significativa a organização da produção, que trata desigualmente situações equivalentes e que não é nada transparente (por conta da complexidade do sistema é virtualmente impossível saber quanto foi pago de impostos na cadeia de produção de um determinado bem ou serviço).

Embora não seja possível no espaço deste texto explorar todos os problemas do sistema tributário brasileiro, é possível tratar com um pouco mais de detalhe dos tributos sobre o consumo (também conhecidos como tributos sobre bens e serviços), categoria que alcança o PIS/Cofins, o IPI, o ICMS e o ISS.[1]

A maior parte dos países do mun-

1 A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), assim como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), são tributos federais. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é de competência estadual. Já o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é de competência municipal. Como o PIS e a Cofins têm basicamente a mesma legislação, são tratados neste texto como se fossem um único tributo.



TABELA 1.1. Exemplo de tributação em cadeia longa

	Valor da venda (A)	IVA não cumulativo				Imposto cumulativo	
		Alíquota (B)	Débito (C= A*B)	Crédito (D)	Imposto devido (C-D)	Alíquota (E)	Imposto devido (A*E)
Etapa 1	200	10%	20		20	5%	10
Etapa 2	300	10%	30	20	10	5%	15
Produto final	400	10%	40	30	10	5%	20
Tributação total					**40**		**45**

TABELA 1.2. Exemplo de tributação em cadeia curta

	Valor da venda (A)	IVA não cumulativo				Imposto cumulativo	
		Alíquota (B)	Débito (C= A*B)	Crédito (D)	Imposto devido (C-D)	Alíquota (E)	Imposto devido (A*E)
Etapa 1 e 2	300	10%	30		30	5%	15
Produto final	400	10%	40	30	10	5%	20
Tributação total					**40**		**35**

do tributa o consumo através de um imposto sobre o valor agregado (IVA). O IVA é um imposto sobre o consumo que é cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização. A principal característica do IVA é que, em cada etapa do processo de produção, há a recuperação integral, na forma de crédito, do imposto pago nas etapas anteriores. Isso faz com que o imposto incidente na etapa final de venda ao consumidor corresponda exatamente ao imposto recolhido ao longo de todas as etapas anteriores.[2]

Como ser vê nas tabelas 1.1 e 1.2, a incidência do IVA ao longo do processo de produção e comercialização é a mesma, independentemente de como a produção e a comercialização estão organizadas. Já a incidência de um imposto cumulativo sobre o faturamento (como é o caso do ISS e de parte do PIS/Cofins) depende de como a produção está organizada, sendo maior no caso de cadeias de produção longas. Outra consequência da incidência cumulativa é que não é possível desonerar adequadamen-

2 A vantagem de cobrar o imposto nas várias etapas de produção e comercialização e não apenas na venda ao consumidor final é que se reduz significativamente a sonegação. A cobrança apenas na etapa final de venda ao consumidor, como fazem os Estados Unidos (que são o único país relevante do mundo que não tem um IVA), só é possível se a alíquota for baixa e o risco de sonegação no varejo pequeno.

TABELA 2. Exemplo de tributação com crédito parcial

	Valor da venda (A)	Tributo não cumulativo			
		Alíquota (B)	Débito (C= A*B)	Crédito (D)	Imposto devido (C-D)
Etapa 1	200	10%	20		20
Etapa 2	300	10%	30	16	14
Produto final	400	10%	40	24	16
Tributação total					**50**

te as exportações e os investimentos, pois não se sabe quanto imposto foi recolhido ao longo do processo de produção.

Um IVA bem estruturado incide sobre uma base ampla de bens e serviços, não incide sobre as exportações, desonera completamente os investimentos, garante o rápido ressarcimento dos créditos acumulados (por exemplo, no caso de exportações, para as quais não há débito, mas nas quais se mantem o direito à recuperação dos créditos relativos o imposto pago nas etapas anteriores) e tem poucas exceções e regimes especiais. Adicionalmente, o ideal é que o IVA tenha uma única alíquota, pois assim não afeta a organização da economia (pois todos os bens e serviços são igualmente tributados) nem cria um espaço de conflito sobre a classificação dos bens e serviços em função de suas alíquotas.

Os tributos sobre o consumo no Brasil fogem completamente do padrão de um bom IVA. Em primeiro lugar, enquanto a maioria dos países do mundo tem apenas um IVA, no Brasil há quatro tributos sobre bens e serviços. Em segundo lugar, enquanto um bom IVA tem uma base ampla, alcançando todos os bens e serviços, no Brasil os quatro tributos existentes têm bases parciais, o que gera um grande espaço de conflito sobre o alcance dos tributos.[3]

Os tributos sobre bens e serviços no Brasil são caracterizados por uma enorme quantidade de regimes especiais setoriais e uma utilização abusiva e descoordenada da substituição tributária, o que os torna extremamente complexos e disfuncionais.

Em terceiro lugar, enquanto num bom IVA todo o imposto pago nas etapas anteriores dá direito a crédito, no Brasil tanto no caso do PIS/Cofins quanto do ICMS os fiscos admitem que apenas os créditos relativos aos bens e serviços incorporados no produto final gerem créditos, vedando, por exemplo, a recuperação do imposto pago sobre os serviços de telecomunicação utilizados por uma empresa industrial. Essa concessão parcial de créditos, assim como a enorme dificuldade das empresas brasileiras em recuperar o crédito acumulado, acabam tendo um impacto muito negativo sobre a competitividade da produção nacional.

O impacto da vedação à apropriação de créditos fica claro no exemplo da Tabela 2, que reproduz a mesma situação da tabela 1.1, com a diferença que apenas 80% do crédito relativo ao imposto recolhido na etapa anterior é recuperado. Como se vê, nesse caso o imposto cobrado ao longo da cadeia (R$ 50) é mais elevado que no caso em que todo o crédito é recuperado (R$ 40). Esse imposto pago a mais ao longo da cadeia e não recuperado (R$ 10) prejudica a competitividade da produção nacional (pois onera as exportações) e torna a incidência tributária pouco transparente, pois o imposto pago ao longo da cadeia não corresponde mais àquele incidente na venda ao consumidor final.

Outro problema sério do sistema tributário brasileiro é a guerra fiscal do ICMS entre os Estados, a qual, embora seja ilegal, tornou-se prática comum no país. A guerra fiscal provoca uma série de distorções competitivas, beneficiando as empresas mais ousadas, que se valem ao máximo de benefícios

3 Um exemplo muito claro é o conflito entre o ICMS, que incide sobre serviços de comunicação, e o ISS, que incide sobre os demais serviços. Para tentar mitigar esse conflito, a Câmara dos Deputados aprovou recentemente um projeto que define que o conteúdo (por exemplo, um filme) disponibilizado por serviços de *streaming* (como o Netflix) está sujeito à incidência de ISS, mas que o mesmo conteúdo disponibilizado por TV a cabo será tributado pelo ICMS.



ilegais, gerando uma situação de insegurança jurídica, pois mesmo as empresas que receberam benefícios correm o risco de perdê-los por decisão judicial.

A guerra fiscal decorre essencialmente do fato de que, nas transações interestaduais, parte importante do ICMS é cobrado no Estado de origem, o que é equivalente a tributar as exportações interestaduais, contrariando o desenho de um bom IVA.[4]

Por fim, os tributos sobre bens e serviços no Brasil são caracterizados por uma enorme quantidade de regimes especiais setoriais e uma utilização abusiva e descoordenada da substituição tributária, o que os torna extremamente complexos e disfuncionais.

Essas distorções do sistema tributário brasileiro têm impactos muito negativos sobre a economia. Por um lado, a complexidade do sistema implica elevado custo de conformidade para as empresas (o mais alto do mundo, segundo o Banco Mundial) e provoca um elevado contencioso sobre matérias tributárias. Por outro lado, por conta das distorções do sistema tributário, a estrutura produtiva do Brasil está organizada de forma totalmente ineficiente, reduzindo a produtividade do país.

A concessão parcial de créditos e a enorme dificuldade das empresas brasileiras em recuperá-los acabam tendo um impacto muito negativo sobre a competitividade da produção nacional.

A solução para estes problemas é clara. Basta adotar, no Brasil, o modelo do IVA, que é utilizado pela maioria dos países do mundo e que se caracteriza pela simplicidade e pela homogeneidade. É verdade que essa mudança é dificultada por conflitos federativos (pois o ICMS e o ISS são tributos subnacionais) e pela resistência de muitas empresas a perder benefícios e regimes especiais.

O grande desafio, hoje, é fazer com que os Estados e Municípios e as empresas entendam que o apego a eventuais vantagens ou benefícios tributários está impedindo o crescimento da economia. É preciso que entendam que a opção por um modelo de tributação mais simples e homogêneo tende, no longo prazo, a beneficiar a todos, pois reduz custos e elimina distorções, viabilizando um nível de produção e de consumo mais elevado.

4 Na guerra fiscal, o estado de origem concede um benefício para a empresa (por exemplo, um crédito presumido), mas a venda interestadual é feita como se o imposto tivesse sido cobrado. Como o Estado de destino é obrigado a ressarcir o crédito de um imposto que não foi pago no Estado de origem, na prática o ônus do benefício é arcado pelo Estado de destino.

* Diretor do Centro de Cidadania Fiscal. Foi secretário executivo e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

CONCESSÕES NO BRASIL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS

Atrair investimentos privados em infraestrutura é tarefa árdua não apenas no Brasil. Dentre as dificuldades estão os riscos políticos e regulatórios o financiamento e a transparência

Joisa Dutra*

O setor de infraestrutura é claramente percebido como motor para o desenvolvimento, vital para impulsionar crescimento econômico, induzir ganhos de competitividade e de bem-estar. A literatura econômica é farta em apresentar evidências dessa relação. É fato conhecido que a situação atual da oferta de infraestrutura no país não é alvissareira. De acordo com resultados da mais recente avaliação do World Economic Forum em sua divulgação do Global Competitiveness Index (GCI) 2015-2016, a posição do Brasil cai de 57ª para 75ª, considerando-se as 140 economias avaliadas. Na América Latina, o país ocupa a 8ª posição, atrás de Chile (35), Panamá (50), Costa Rica (52), México (57), Colômbia (61), Peru (69) e Uruguai (73).

O GCI resulta de uma ponderação de 12 pilares, sendo infraestrutura um pilar considerado básico. Considerando-se apenas a infraestrutura, a posição do país não é melhor, 74º lugar, sendo especialmente preocupante a qualidade dos transportes (qualidade das rodovias, da infraestrutura ferroviária e portuária) e também a qualidade da oferta de eletricidade, em tendência de declínio.

A insuficiente evolução da performance do Brasil em infraestrutura e os 20 anos da lei n.º 8.987/95, a Lei das Concessões, representam uma oportunidade para avaliar os avanços e as dificuldades enfrentadas ao longo dessas duas décadas, na busca de lições para melhorar as condições de prestação dos serviços nas chamadas indústrias de rede, a exemplo de água, telefonia, eletricidade e logística.

A insuficiente evolução da performance do Brasil em infraestrutura e os 20 anos da Lei das Concessões representam uma oportunidade para avaliar os avanços e as dificuldades enfrentadas ao longo dessas duas décadas.

Para uma agenda de aperfeiçoamentos

Para que o instituto das concessões possa continuar produzindo mais e melhores resultados, principalmente considerando os objetivos explícitos manifestos pelo governo, há muito a fazer.

Atrair investimentos privados em infraestrutura é tarefa árdua não apenas no Brasil. Dentre as dificuldades encontradas, despontam: riscos políticos e regulatórios, financiamento e transparência. As parcerias público-privadas, em sua acepção econômica e não estritamente jurídica, são instrumentos importantes nesse processo.

Do ponto de vista econômico, as concessões são uma forma de parceria público-privada na qual os recursos para a prestação de um serviço em condições adequadas e de modo eficiente permitem arrecadar receitas suficientes para cobrir custos através da cobrança aos usuários. Nos casos em que a prestação dos serviços e investimentos demandam volume muito elevado de recursos, a decisão do poder concedente pode recair sobre uma complementação dessas receitas na forma de contrapartida (dando origem a uma PPP patrocinada) e, no limite, a uma forma de contratação em que os recursos seriam obtidos exclusivamente por meio de repasses da União (configurando uma PPP administrativa).



Muito se fez ao longo desses 20 anos nos setores de infraestrutura sob o regime de atribuição dessa lei e de outras que se seguiram, a exemplo da lei n.º 9.074/95, que trata da renovação das concessões, e da Lei de Parcerias Público-Privadas (lei n.º 11.079/04).

A atualidade dessa discussão é evidenciada pela nova fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL II), que prevê quase R$ 200 bilhões em investimentos, e pelo Programa de Investimentos em Energia Elétrica (PIEE), com previsão de investimentos de R$ 186 bilhões entre 2015 e 2018, ambos anunciados em 2015.

Reformas nos marcos regulatórios dos setores se fazem necessárias para incentivar investimentos, aprofundando o papel de mecanismos de mercado.

Para produzir resultados na forma de investimentos, o sucesso ou a efetividade dessas parcerias em infraestrutura depende em muito de fatores como:

1. A assunção pelo setor público de um papel de liderança estratégica, seja por meio da elabo-

ração direta dos estudos e/ou projetos, ou em uma avaliação crítica quando produzidos por agentes privados (caso dos Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMIs), preparando assim a modelagem da concessão e a seleção do concessionário, em leilão capaz de atrair grande número de investidores.

2. Gestão robusta dos contratos de concessão ao longo de sua vigência junto ao setor privado, que permita gerenciar eventos imprevistos (característicos de situações envolvendo ativos com vida útil tão longa) com segurança jurídica. Cabe ainda tratar adequadamente de temas como ambiente, criação de empregos, treinamento e formação de mão de obra, dentre outros.
3. Habilidade para desenvolver e criar um ambiente capaz de incentivar e assegurar a financiabilidade para os investimentos nos projetos de infraestrutura; ou seja mobilizar capital de longo prazo, em condições que reflitam os reais preços e riscos subjacentes, os quais devem ser transferidos e/ou alocados às partes com melhores condições de fazê-lo aos menores custos.

Reformas no marco regulatório

Nesse contexto, se, de um lado, o programa de concessões do governo tem o mérito de criar condições para acelerar investimentos em infraestrutura, por si só talvez não seja suficiente para impulsionar crescimento de modo expressivo.

Algumas reformas no marco regulatório dos setores desses setores se fazem necessárias para incentivar investimentos, aprofundando o papel de mecanismos de mercados. Sem a pretensão de exaurir a pauta, cabe enumerar algumas melhorias possíveis:

1. Desenvolvimento do mercado de gás natural, que promova neutralidade no acesso às redes de escoamento, transporte e distribuição que constituem infraestrutura essencial;
2. Desenvolver condições e regulação apropriadas para o compartilhamento de infraestrutura, principalmente em face de inovações tecnológicas disruptivas que estão tendo lugar no setor elétrico em nível mundial, envolvendo a convergência entre eletricidade e telecomunicações, e que poderão ser adotadas localmente, com benefícios para as consumidores e empresas dos setores;
3. Reforma no marco regulatório e na governança no setor de águas para promover melhorias na alocação dos recursos hídricos entre seus usos múltiplos, refletindo custos de oportunidade de sua destinação para consumo humano e dessedentação animal, além da geração de energia elétrica, irrigação, navegação, gerando compensações compatíveis com esses custos; e
4. Estabelecimento de preço-teto nos leilões de concessão com base em taxas de retorno coerentes com os riscos efetivamente enfrentados pelos investidores, incentivando a participação de competidores efetivamente capazes de promover investimentos e cumprir as obrigações pactuadas.

Outras reformas são necessárias para eliminar os chamados *soft bottlenecks*, incluindo melhoras que permitam tornar o ambiente de negócios mais atraente e receptivo para investimentos domésticos e externos, principalmente considerando um acirramento da competição internacional e regional.

Um importante movimento nesse sentido é a criação da Global Infrastructure Facility (GIF), pelo Banco Mundial, em outubro de 2015. Trata-se de plataforma aberta que permite melhorar a preparação e a estruturação de parcerias público-privadas para projetos complexos de infraestrutura, criando condições para atrair capitais privados e investidores institucionais.

Nesse contexto, merece destaque o empenho do Ministério da Fazenda em sensibilizar o Banco Mundial para que o Brasil seja selecionado como piloto para a plataforma. Merece também destaque o empenho em alcançar melhoria no ambiente institucional, aumentando a eficiência na administração pública e trazendo segurança jurídica para investidores. Esse tema é objeto de Projeto de Lei em tramitação no Senado Federal.[1]

Por fim, mas não com menor relevância, o sucesso das concessões em sua capacidade de promover investimentos em infraestrutura no Brasil depende também de melhorias na governança corporativa das empresas nos setores de infraestrutura; na governança das empresas estatais, atores com participação expressiva nas indústrias de rede, bem como melhorias na governança da regulação e dos processos decisórios das agências reguladoras. Afinal, mais do que promover investimentos, importa garantir provisão de serviços públicos, com preços, qualidade e alcance adequados, contribuindo para ganhos de competitividade da economia e bem-estar da população.

* Diretora do Centro de Regulação em Infraestrutura (CERI/FGV).

1 Trata-se do Projeto de Lei PLS 349/2015, que tramita no Senado, Para referências, veja-se: http://www.pge.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=360.

DENSA NEBLINA DE INCERTEZA

Com forte deterioração nas expectativas, 2015 vai terminar pior do que se esperava em seu início

Robson Gonçalves e Ana Maria Castelo

Desde que Keynes colocou em destaque o papel das expectativas no processo de tomada de decisão, a economia nunca mais foi a mesma. São as expectativas que movem os agentes em um mundo incerto. Mas, se a incerteza se agrava, a maioria dos tomadores de decisão prefere esperar até que a neblina se dissipe e seja possível olhar adiante outra vez.

Nesse sentido, a crise econômica de 2015 já passou para a história como um momento em que as expectativas foram contrariadas devido à inesperada deterioração do ambiente econômico, fazendo cair sobre os agentes uma densa neblina de incerteza. O ano termina muito pior do que se projetava em dezembro de 2014.

Ocorre que, novamente segundo Keynes, expectativas não realizadas costumam gerar reações em espiral, sejam no sentido da euforia ou do desânimo, como é o caso brasileiro atual. Reverter esse estado de coisas e recolocar o crescimento no horizonte dos agentes é o grande desafio para o próximo ano.

E, mais do que qualquer outro setor, a construção precisa dessa mudança de clima. A atividade em 2016 já está determinada em grande medida pelas decisões tomadas ao longo de 2015, o que significa que está, em grande parte, comprometida, portanto, em 2016, o setor deverá enfrentar outra forte retração de sua atividade.

Com a queda na renda, no emprego e inseguras em relação ao ambiente econômico, boa parte das famílias adiou o sonho da casa própria.

A esperança é que o próximo ano seja um período de definições no qual sejam restabelecidos os pilares da política econômica e lançadas as condições para a retomada do crescimento. Enquanto isso, seguimos caminhando em meio à névoa da incerteza.

A dinâmica das projeções de mercado

Uma simples comparação entre as expectativas em diferentes momentos do tempo permite dimensionar o choque sofrido pela economia brasileira em 2015.

Segundo o Boletim Focus, do Banco Central, em janeiro deste ano, o mercado projetava ligeiro crescimento do PIB e da produção industrial, inflação pouco acima do topo da meta do Banco Central, taxa de câmbio abaixo de R$ 3 e Selic de 12,5% ao final do ano.

No início de julho, as projeções para PIB e produção industrial haviam passado para o campo negativo, a expectativa de inflação tinha saltado para 9% e a taxa de câmbio projetada para o final do ano era da ordem de R$ 3,20.

Empresas registraram altas inesperadas de estoques e consumidores sofreram com a redução de seu poder de compra, corroído pela alta da inflação e pela queda no nível de emprego. Ambos os fatores operaram como um freio para a demanda, tanto pela ótica do investimento quanto do consumo. As sondagens realizadas pela **FGV** com empresas e consumidores mostraram quedas expressivas na confiança, resultado da piora nos indicadores de situação corrente e de expectativas para os próximos meses.

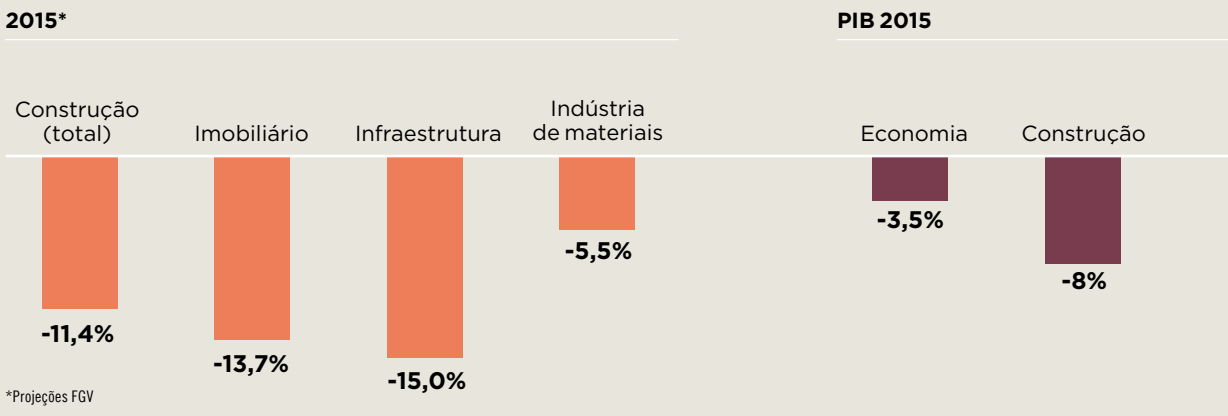
Um elemento relevante, conhecido nas teorias de ciclo econômico, é que a piora em relação às expectativas tende a alimentar o movimento de contração da atividade. E, de fato, as projeções para o desempenho dos vários segmentos da indústria apontam quedas em 2015 que não aconteciam no país há mais de uma década.

A cadeia da construção

No caso específico dos insumos típicos da construção, a retração deverá alcançar a marca dos dois dígitos

Emprego com carteira na construção civil e na indústria de materiais – 2015

(taxa de variação acumulada no ano)



(-13%). Na produção de bens de capital para construção, a queda acumulada no ano deverá passar de 9,5% em 2014 para 25% em 2015.

As vendas de materiais de construção no varejo até meados de 2014 ainda estavam contribuindo para sustentar a demanda para a indústria. Com a redução dos níveis de emprego e renda, somada ao encarecimento do crédito, o comércio também passou a registrar queda. Considerando os valores acumulados no ano, as taxas de variação do volume de vendas de materiais passaram para o campo negativo e, em setembro, alcançaram - 6,4% e deverão fechar o ano com retração próxima de 8%.

Na construção civil, o ciclo produtivo mais longo que outros segmentos da economia confere uma especificidade importante ao setor, pois o impacto do choque de expectativas não tem efeito imediato. As decisões de investimentos são adiadas, afetando a atividade muitos meses depois.

De todo modo, vale notar que o nível de emprego começou a dar sinais de retração em meados de 2014. Nesse caso, o fim do ciclo imobiliário foi o principal determinante da desaceleração e posterior contração observada. A queda na atividade setorial foi agravada com a diminuição do ritmo de obras públicas, que afetou também os números do emprego em infraestrutura. Em janeiro de 2015, todos os principais segmentos já apresentavam variações negativas para o indicador. E, ao contrário dos anos anteriores, não houve recuperação e a queda em 2015 deverá ficar próxima a 11%.

A desaceleração das obras do programa Minha Casa, Minha Vida, do PAC e dos investimentos dos Estados e Municípios no contexto do ajuste fiscal fizeram o nível de emprego despencar na construção. Vale notar que, no início do ano, os empresários que trabalham com o programa habitacional mostravam-se mais otimistas que os demais. No meio do ano, os atrasos nos pagamentos e o adiamento da terceira fase fizeram o quadro mudar.

Com a queda na renda, no emprego e inseguras em relação ao ambiente econômico, boa parte das famílias adiou o sonho da casa própria. Números consolidados pelo Secovi para um conjunto de 14 cidades e regiões metropolitanas do país mostram que as vendas de imóveis novos registraram queda de 7% até setembro na comparação com igual período do ano passado. Na RMSP, a diminuição alcançou 12%.

A pesquisa de investimento da **FGV** realizada no terceiro trimestre também dá indicações das intenções das empresas: já há mais empresas apontando retração do que elevação dos investimentos nos próximos 12 meses.

Vistos em conjunto, esses números sugerem que não há no horizonte perspectiva de retomada para o setor.

Perspectivas

O ano termina novamente com fortes incertezas no plano político e econômico.

O maior enfraquecimento da atividade econômica e setorial no segundo semestre determina um efeito carregamento para o ano de 2016. As projeções da **FGV/Ibre** apontam retração superior a 3% para a economia em 2015, que deverá ser seguida por outra queda (-3%) em 2016.

As indefinições quanto ao ritmo do ajuste fiscal continuam a lançar dúvidas sobre o investimento público. Algumas licitações poderão sair finalmente, mas não deverão ter impacto na atividade do próprio ano.

Nesse contexto, não é possível visualizar um horizonte de retomada setorial. O PIB da construção, que em 2015 deverá registrar um encolhimento de 8%, poderá se reduzir mais 5% em 2016.

CUSTOS SETORIAIS ABAIXO DA INFLAÇÃO

A sondagem da construção do **SindusCon-SP** realizada com os empresários em novembro mostrou que os empresários estão pessimistas em relação à evolução dos custos setoriais. No entanto, em geral, os índices mostram que os custos setoriais deverão encerrar o ano com taxa inferior a dos demais indicadores da economia.

Em novembro, o Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil do Estado de São Paulo (não desonerado), que acompanha a evolução dos preços junto às construtoras, registrou alta de 4,75% no ano, resultado que representa uma desaceleração na comparação com 2014, quando o CUB apresentou variação de 6,34%.

Todos os componentes do CUB registram taxas de inflação menores na comparação com 2014. A parcela referente à mão de obra, que em novembro de 2014 registrou elevação acumulada de 8,39%, apresenta em 2015 alta de 6,51%. Os materiais e equipamentos acumulam aumento de 1,91% até novembro – em 2014, a elevação foi de 2,95% na mesma comparação.

Por sua vez, o índice Nacional da Construção Civil (INCC-M), com taxa de 7,09% até novembro, supera o resultado do mesmo período de 2014 (6,46%). Em 12 meses, o INCC-M alcança elevação de 7,36%, devendo fechar o ano como o componente do IGP com menor alta acumulada.

A mão de obra, que desde 2005 não registrava taxa inferior ao IPCA do ano, apresenta variação de 7,96% em 12 meses, refletindo os acordos realizados em 2015, que não apresentaram altas superiores à inflação.

O componente relativo a Materiais e Equipamentos registra taxa em 12 meses de 6,71%. A despeito da pressão de algumas commodities (alumínio e cobre) e dos aumentos do câmbio e da energia, o efeito da atividade enfraquecida prevaleceu.

Nesse mesmo período, o componente Serviços acumulou aumento de 6,65%.

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

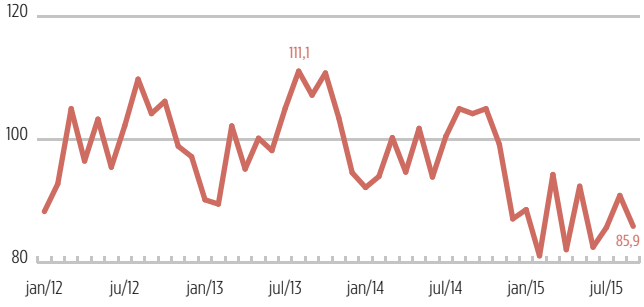
Materiais de construção – consumo e produção	22
Mercado imobiliário	23
Investimentos em habitação	24
Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais	25
Custo da construção residencial no Estado de São Paulo	26
Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo	27
Emprego da construção nos Estados	28
Emprego da construção nos Estados	29
Emprego da construção brasileira por segmento	30
Emprego da construção paulista por segmento	31

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – CONSUMO E PRODUÇÃO

Até o terceiro trimestre deste ano, a produção e o consumo aparente de vergalhões diminuíram, respectivamente, 12,94% e 12,28% na comparação com o mesmo período de 2014. A Produção Brasileira de Materiais de Construção apresentou uma queda de 10,38% nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

FABRICAÇÃO DE CIMENTO – BRASIL

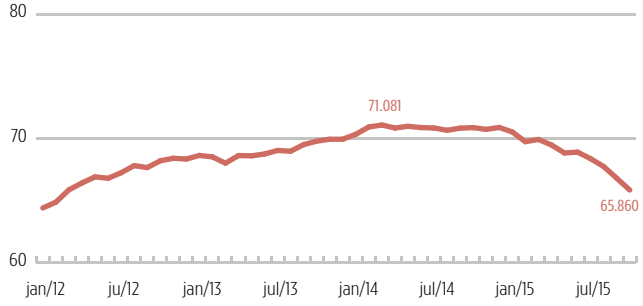
Por mês | Média 2012 = 100



Fonte: SNIC

VENDAS DE CIMENTO – BRASIL

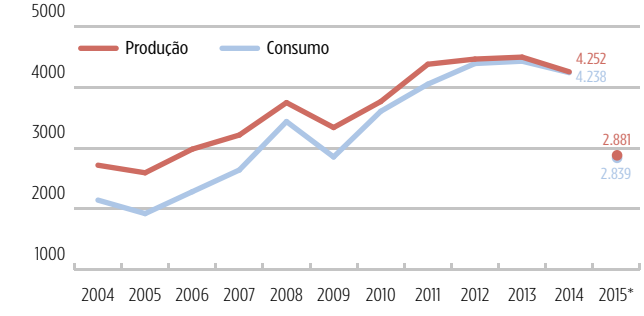
Mercado interno | 12 meses | Mil toneladas



Fonte: SNIC

VERGALHÃO BRASIL

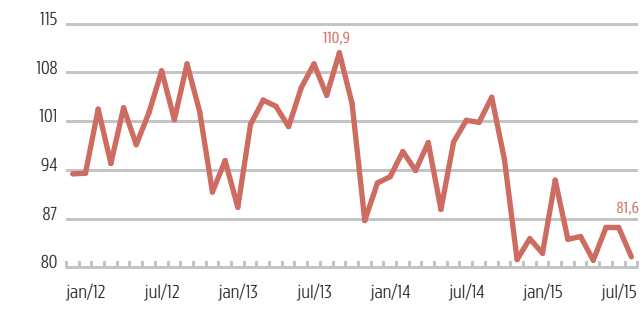
Mil toneladas



Fonte: MDIC-SECEX / Aço Brasil * dados até setembro

PRODUÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – BRASIL

Por mês | Média 2012 = 100



Fonte: IBGE

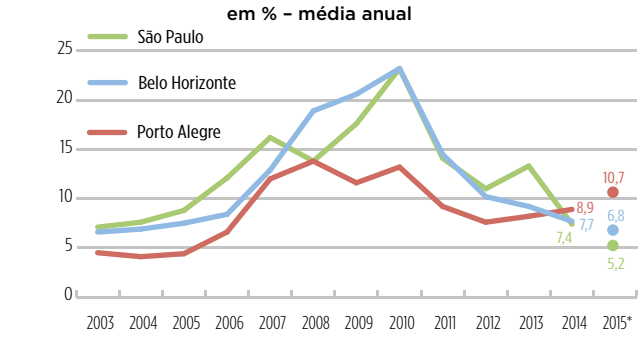
Período		Produção de Materiais de Construção – Brasil			Cimento – Brasil					Vergalhões – Brasil					
					Fabricação			Vendas – Mercado Interno		Produção			Consumo Aparente		
		Índice: Média de 2012 = 100	Variação (%)		Índice: Média de 2012 = 100	Variação (%)		Mil T em 12 Meses	Variação (%) Em 12 Meses	Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)	
			No Ano	Em 12 Meses		No Ano	Em 12 Meses				No Mês	No Ano		No Mês	No Ano
2014	Out*	105	-5,5	-4,8	105	-1,8	-1,3	70.870	1,6	376	0,5	-3,2	389	9,4	-3,3
	Nov	96	-5,7	-5,6	99	-2,0	-2,1	70.733	1,1	355	-5,4	-4,1	338	-13,0	-4,3
	Dez	81	-5,7	-5,7	87	-2,5	-2,5	70.886	1,4	213	-40,1	-5,4	273	-19,2	-4,2
2015	Jan	84	-8,7	-6,2	89	-4,0	-3,0	70.522	0,3	322	51,2	-12,0	324	18,3	-10,8
	Fev	82	-10,3	-7,4	81	-8,9	-4,4	69.744	-1,7	331	3,0	-10,2	273	-15,6	-18,9
	Mar	93	-8,2	-7,4	94	-7,9	-4,7	69.924	-1,6	329	-0,8	-12,8	358	31,1	-12,8
	Abr	84	-8,8	-7,5	82	-9,2	-5,7	69.476	-1,9	339	3,2	-13,0	320	-10,7	-10,5
	Mai	85	-9,8	-8,2	92	-9,2	-6,6	68.833	-3,0	323	-4,7	-13,5	290	-9,4	-13,5
	Jun	81	-9,6	-7,9	83	-9,7	-7,2	68.902	-2,8	259	-19,9	-15,2	334	15,1	-10,8
	Jul	86	-10,0	-8,3	86	-10,4	-8,1	68.377	-3,5	336	29,6	-13,3	307	-8,0	-11,8
	Ago	86	-10,7	-9,0	91	-10,8	-8,8	67.745	-4,1	367	9,3	-11,2	319	4,0	-12,4
	Set	82	-11,7	-10,4	86	-11,6	-10,1	66.810	-5,7	275	-24,9	-12,9	315	-1,1	-12,3
	Out							65.860	-7,1						

Fonte: SNIC, IABR e IBGE * Dados para consumo de cimento de São Paulo são estimativas.

MERCADO IMOBILIÁRIO

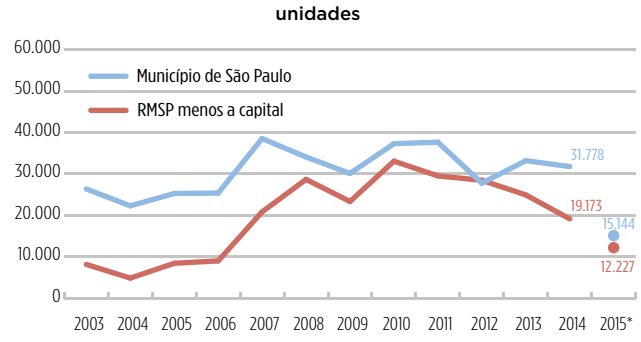
Nos 12 meses entre novembro de 2014 e outubro de 2015, o número de lançamentos na capital registrou retração de 12,4% em relação aos 12 meses anteriores. Na Região Metropolitana de São Paulo (excluindo a capital), houve queda de 17,6% no mesmo período.

VELOCIDADE DE VENDAS



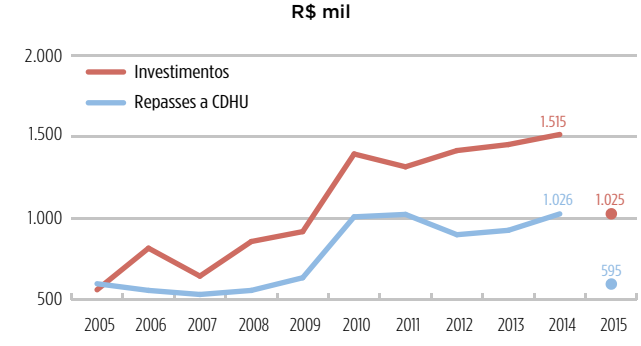
Fonte: CBIC **dados até setembro

LANÇAMENTOS



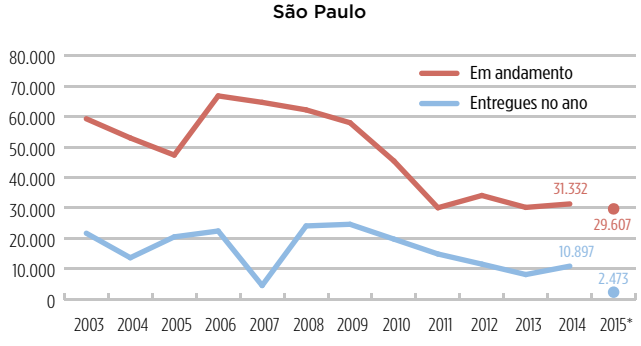
Fonte: Embraesp * dados até outubro

INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO CDHU



Fonte: Secretaria da Fazenda SP e CDHU * dados até setembro

UNIDADES HABITACIONAIS



Fonte: CDHU * unidades entregues no ano até junho e unidades em andamento em agosto

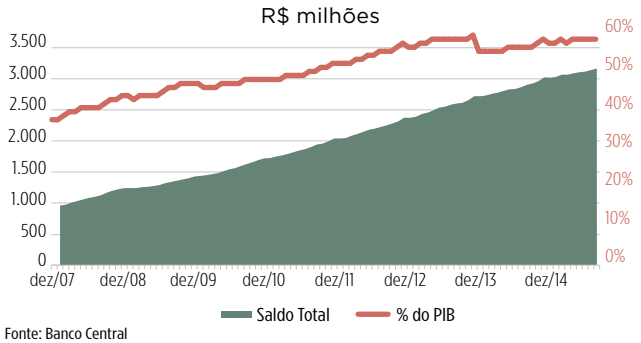
Período		Velocidade de venda (%)			Lançamentos						ICMS no Estado de São Paulo		CDHU	
					Município de São Paulo			RMSP					Unidades habitacionais	
		Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Repasses à CDHU (R$ milhões)	Investimentos (R$ milhões)	Entregues no ano	Em andamento (média do ano)
2014	Abr	4,5	12,8	9,8	2.358	-7,7	2,9	987	-27,1	-17,8	88	97	544	34.467
	Mai	8,3	7,0	9,4	2.681	13,7	3,4	1.440	45,9	-16,7	78	149	657	37.066
	Jun	7,0	6,5	4,8	2.413	-10,0	-7,0	2.549	77,0	-20,3	58	95	1.439	35.811
	Jul	4,8	6,4	3,4	973	-59,7	-7,4	759	-70,2	-13,8	99	147	1.247	35.994
	Ago	10,5	9,7	7,7	2.115	117,4	-11,9	1.251	64,8	-12,6	133	176	862	34.707
	Set	5,0	6,9	11,1	4.018	90,0	-6,4	1.890	51,1	-18,2	58	97	713	34.155
	Out	6,8	6,5	3,9	2.336	-41,9	-9,9	2.472	30,8	-27,1	117	169	363	33.981
	Nov	17,4	6,8	10,1	6.301	169,7	-6,3	2.783	12,6	-30,7	58	94	867	33.117
	Dez	2,9	16,0	10,7	4.675	-25,8	-4,3	2.950	6,0	-23,1	53	117	3.594	31.332
2015	Jan	8,7	5,3	2,7	546	-88,3	-3,2	168	-94,3	-22,7	45	82	180	31.283
	Fev	3,5	4,1	2,7	872	59,7	-0,7	319	89,9	-22,2	45	94	-	31.283
	Mar	8,4	19,7	4,4	773	-11,4	-5,4	1.696	431,7	-21,1	107	153	171	31.160
	Abr	9,2	10,4	7,2	3.023	291,1	-2,2	1.351	-20,3	-18,2	45	91	16	31.542
	Mai	2,7	8,2	7,1	2.403	-20,5	-4,1	2.111	56,3	-15,4	45	113	348	31.194
	Jun	7,9	7,7		2.036	-15,3	-1,7	2.844	34,7	-13,8	65	101	602	30.510
	Jul				825	-59,5	-0,7	1.085	-61,8	-12,8				

Fonte: Secovi-SP, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CDHU e Bacen/Decad

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

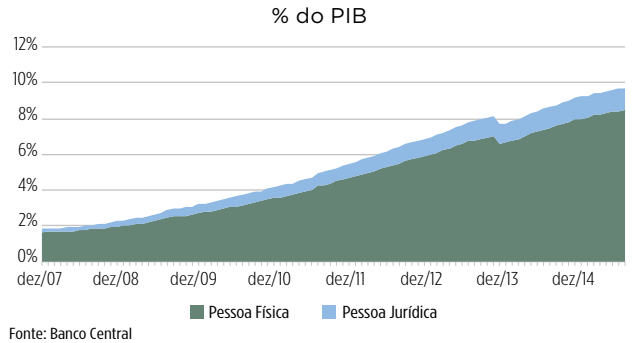
Até setembro, o número de concessões de créditos com recursos direcionados para financiamentos imobiliários caiu 15,6% no total. Para as pessoas jurídicas, a retração do número de concessões foi de 26,8% e para pessoas físicas, 12,6%.

CARTEIRA DE CRÉDITO



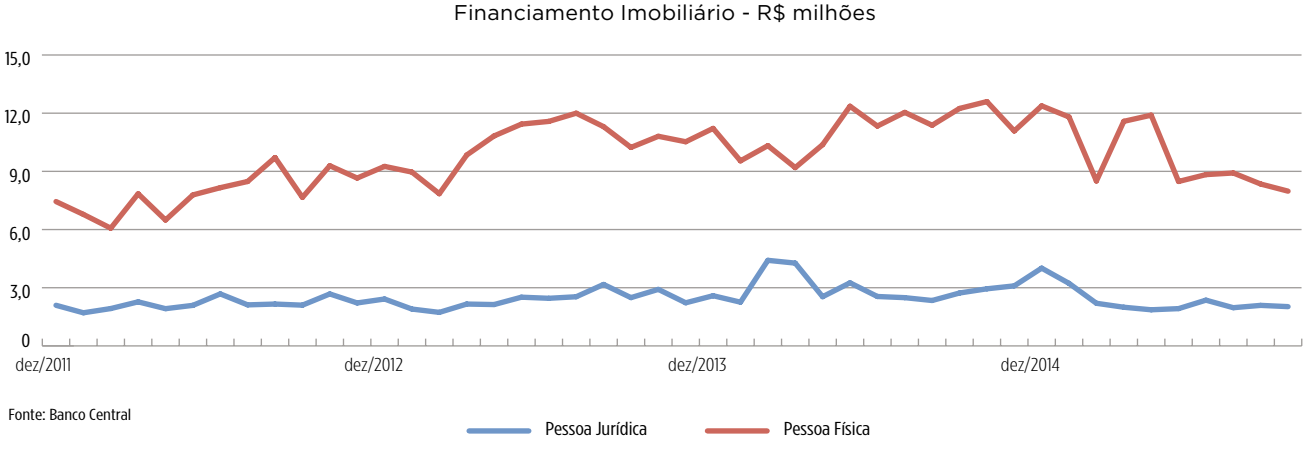
Fonte: Banco Central

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO



Fonte: Banco Central

CONCESSÕES DE CRÉDITO



Fonte: Banco Central

SBPE mês a mês

Período		Saldo Total da Carteira de Crédito		Saldo Total de Financiamento Imobiliário		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Jurídica		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Física		Concessões de crédito com recursos direcionados - Financiamento Imobiliário		
		(R$) milhões	% do PIB	Total - R$ (milhões)	% do Crédito Total	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
2014	Set	2.896.570	53,26%	468.682	16,18%	1,17%	13,53%	7,45%	86,47%	14.971	2.728	12.243
	Out	2.919.447	53,41%	478.901	16,40%	1,18%	13,45%	7,58%	86,55%	15.541	2.944	12.597
	Nov	2.956.599	53,83%	487.877	16,50%	1,19%	13,35%	7,70%	86,65%	14.178	3.096	11.082
	Dez	3.017.456	54,65%	497.848	16,50%	1,20%	13,30%	7,82%	86,70%	16.387	4.010	12.377
2015	Jan	3.012.721	54,36%	505.986	16,79%	1,20%	13,11%	7,93%	86,89%	15.030	3.225	11.805
	Fev	3.024.316	54,39%	512.101	16,93%	1,21%	13,15%	8,00%	86,85%	10.702	2.198	8.504
	Mar	3.060.731	54,59%	519.553	16,97%	1,21%	13,01%	8,06%	86,99%	13.573	1.994	11.579
	Abr	3.061.492	54,36%	528.421	17,26%	1,21%	12,87%	8,18%	87,13%	13.761	1.863	11.898
	Mai	3.082.430	54,58%	534.160	17,33%	1,21%	12,83%	8,24%	87,17%	10.400	1.922	8.478
	Jun	3.100.422	54,59%	540.317	17,43%	1,22%	12,84%	8,29%	87,16%	11.191	2.359	8.832
	Jul	3.109.660	54,55%	547.023	17,59%	1,23%	12,85%	8,36%	87,15%	10.886	1.970	8.916
	Ago	3.134.516	54,80%	552.847	17,64%	1,24%	12,82%	8,43%	87,18%	10.437	2.090	8.347
	Set	3.160.194	55,05%	557.114	17,63%	1,25%	12,85%	8,46%	87,15%	10.004	2.025	7.979

Fonte: Bacen/Decad, CBIC

RENTABILIDADE DO MERCADO BRASILEIRO

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais cujo objetivo é retratar a evolução dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil. Sua variação até o terceiro semestre de 2015 foi de 8,76%.

Período		Índice geral do mercado imobiliário brasileiro - Comercial											
		Total				Capital				Renda			
		Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)		
			No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses
2004	3	213,52	2,41	10,50	14,26	147,39	0,82	4,67	6,72	146,02	1,58	5,66	7,18
	4	218,62	2,39	13,14	13,14	148,83	0,97	5,69	5,69	148,09	1,42	7,15	7,15
2005	1	223,55	2,26	2,26	11,04	150,47	1,10	1,10	4,26	149,79	1,15	1,15	6,58
	2	231,19	3,42	5,75	10,89	152,25	1,18	2,30	4,14	153,15	2,24	3,42	6,54
	3	239,23	3,47	9,43	12,04	154,86	1,72	4,06	5,07	155,84	1,76	5,23	6,72
	4	245,11	2,46	12,12	12,12	156,79	1,25	5,35	5,35	157,72	1,21	6,51	6,51
2006	1	254,73	3,93	3,93	13,95	160,96	2,66	2,66	6,97	159,73	1,27	1,27	6,63
	2	266,87	4,76	8,88	15,43	164,89	2,44	5,16	8,30	163,44	2,32	3,62	6,72
	3	275,79	3,34	12,52	15,28	167,59	1,64	6,88	8,22	166,22	1,70	5,39	6,66
	4	285,60	3,56	16,52	16,52	169,81	1,33	8,30	8,30	169,93	2,23	7,74	7,74
2007	1	297,88	4,30	4,30	16,94	174,82	2,95	2,95	8,61	172,22	1,35	1,35	7,82
	2	311,55	4,59	9,08	16,74	178,45	2,07	5,09	8,22	176,55	2,52	3,90	8,03
	3	326,45	4,79	14,30	18,37	183,11	2,61	7,83	9,26	180,39	2,17	6,15	8,52
	4	343,62	5,26	20,32	20,32	187,88	2,61	10,64	10,64	185,18	2,65	8,97	8,97
2008	1	371,69	8,17	8,17	24,78	196,61	4,64	4,64	12,46	191,70	3,52	3,52	11,31
	2	394,70	6,19	14,86	26,69	202,37	2,93	7,71	13,41	197,94	3,25	6,89	12,11
	3	416,59	5,55	21,23	27,61	206,91	2,24	10,13	13,00	204,49	3,31	10,43	13,36
	4	443,58	6,48	29,09	29,09	212,69	2,79	13,20	13,20	212,02	3,69	14,50	14,50
2009	1	481,10	8,46	8,46	29,43	223,33	5,00	5,00	13,59	219,35	3,46	3,46	14,42
	2	513,30	6,69	15,72	30,05	230,70	3,30	8,47	14,00	226,79	3,39	6,96	14,57
	3	538,21	4,85	21,33	29,19	234,83	1,79	10,41	13,49	233,74	3,06	10,24	14,31
	4	568,49	5,63	28,16	28,16	240,13	2,26	12,90	12,90	241,61	3,37	13,95	13,95
2010	1	605,38	6,49	6,49	25,83	248,30	3,40	3,40	11,18	249,07	3,09	3,09	13,55
	2	640,38	5,78	12,65	24,76	254,97	2,69	6,18	10,52	256,78	3,09	6,28	13,22
	3	675,01	5,41	18,74	25,42	260,87	2,31	8,64	11,09	264,72	3,09	9,57	13,26
	4	713,45	5,69	25,50	25,50	265,93	1,94	10,74	10,74	274,66	3,75	13,68	13,68
2011	1	748,68	4,94	4,94	23,67	270,61	1,76	1,76	8,99	283,39	3,18	3,18	13,78
	2	780,81	4,29	9,44	21,93	274,53	1,45	3,24	7,67	291,45	2,84	6,11	13,50
	3	809,99	3,74	13,53	20,00	277,18	0,96	4,23	6,25	299,53	2,77	9,05	13,15
	4	842,12	3,97	18,04	18,04	280,71	1,27	5,56	5,56	307,60	2,69	11,99	11,99
2012	1	878,79	4,35	4,35	17,38	285,25	1,62	1,62	5,41	316,02	2,74	2,74	11,51
	2	910,98	3,66	8,18	16,67	288,71	1,21	2,85	5,16	323,76	2,45	5,25	11,09
	3	946,61	3,91	12,41	16,87	293,00	1,49	4,38	5,71	331,60	2,42	7,80	10,71
	4	991,02	4,69	17,68	17,68	298,92	2,02	6,49	6,49	340,46	2,67	10,68	10,68
2013	1	1.037,18	4,66	4,66	18,02	305,38	2,16	2,16	7,06	348,97	2,50	2,50	10,43
	2	1.081,88	4,31	9,17	18,76	311,69	2,07	4,27	7,96	356,80	2,24	4,80	10,20
	3	1.126,83	4,15	13,70	19,04	317,48	1,86	6,21	8,35	365,00	2,30	7,21	10,07
	4	1.171,54	3,97	18,22	18,22	322,32	1,52	7,83	7,83	373,91	2,44	9,83	9,83
2014	1	1.214,21	3,64	3,64	17,07	326,12	1,18	1,18	6,79	383,12	2,46	2,46	9,79
	2	1.257,80	3,59	7,36	16,26	330,70	1,40	2,60	6,10	391,50	2,19	4,70	9,73
	3	1.299,91	3,35	10,96	15,36	334,38	1,11	3,74	5,32	400,25	2,23	7,04	9,66
	4	1.338,26	2,95	14,23	14,23	336,69	0,69	4,46	4,46	409,29	2,26	9,46	9,46
2015	1	1.379,80	3,10	3,10	13,64	339,41	0,81	0,81	4,07	418,68	2,29	2,29	9,28
	2	1.420,16	2,93	6,12	12,91	341,73	0,68	1,50	3,33	428,07	2,24	4,59	9,34
	3	1.455,44	2,48	8,76	11,96	343,12	0,41	1,91	2,62	436,96	2,08	6,76	9,17

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais, cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.
Fonte: FGV

CUSTO DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Custo Unitário Básico (CUB) representa o custo por metro quadrado de construção residencial do projeto-padrão R8-N, calculado de acordo com NBR 12721/2006. No ano, até outubro de 2015, o Custo Global apresentou um aumento de 4,72%.

		Custo da construção residencial no Estado de São Paulo - Padrão R8-N											
		Global				Mão-de-obra				Material			
		Índice (Base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)		
Período			No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses
2012	Jul	146,52	0,48	6,62	6,99	163,33	0,55	9,67	10,02	128,00	0,43	2,65	2,98
	Ago	146,72	0,14	6,77	7,06	163,33	0,00	9,67	10,02	128,43	0,34	3,00	3,26
	Set	146,83	0,07	6,85	7,00	163,26	-0,04	9,62	9,83	128,74	0,24	3,25	3,35
	Out	147,12	0,20	7,06	7,15	163,44	0,11	9,74	9,95	128,16	-0,45	2,78	2,75
	Nov	147,39	0,18	7,26	7,27	163,90	0,28	10,05	10,12	129,20	0,81	3,62	3,57
	Dez	147,44	0,03	7,29	7,29	163,90	0,00	10,05	10,05	129,31	0,09	3,71	3,71
2013	Jan	147,43	-0,01	-0,01	7,18	163,90	0,00	0,00	9,98	129,29	-0,02	-0,02	3,54
	Fev	147,42	0,00	-0,01	6,80	163,90	0,00	0,00	9,54	129,27	-0,02	-0,03	3,20
	Mar	147,77	0,24	0,23	6,63	164,36	0,28	0,28	9,44	129,52	0,19	0,16	2,94
	Abr	148,03	0,18	0,40	6,66	164,52	0,10	0,38	9,55	129,91	0,30	0,46	2,91
	Mai	154,60	4,44	4,86	7,86	176,53	7,30	7,71	11,72	130,39	0,37	0,84	2,47
	Jun	156,76	1,39	6,32	7,50	180,00	1,97	9,82	10,81	130,82	0,33	1,17	2,64
	Jul	157,25	0,32	6,66	7,33	180,72	0,40	10,26	10,65	131,11	0,22	1,39	2,43
	Ago	157,51	0,16	6,83	7,35	180,84	0,07	10,34	10,72	131,51	0,31	1,70	2,40
	Set	157,70	0,12	6,96	7,40	180,95	0,06	10,40	10,84	131,78	0,21	1,91	2,36
	Out	157,97	0,17	7,14	7,37	181,07	0,07	10,48	10,79	132,21	0,33	2,24	3,16
	Nov	158,12	0,09	7,24	7,28	181,07	0,00	10,48	10,48	132,53	0,24	2,49	2,58
	Dez	158,21	0,06	7,30	7,30	181,23	0,09	10,57	10,57	132,56	0,02	2,51	2,51
2014	Jan	158,28	0,05	0,05	7,36	181,28	0,03	0,03	10,60	132,61	0,04	0,04	2,57
	Fev	158,65	0,23	0,28	7,61	181,71	0,24	0,27	10,87	132,93	0,24	0,28	2,83
	Mar	158,77	0,08	0,36	7,44	181,91	0,11	0,38	10,68	132,97	0,03	0,31	2,67
	Abr	159,02	0,15	0,51	7,42	181,96	0,03	0,41	10,60	133,44	0,35	0,66	2,72
	Mai	161,74	1,71	2,23	4,62	185,90	2,16	2,58	5,31	134,74	0,97	1,64	3,33
	Jun	166,21	2,77	5,06	6,03	193,59	4,14	6,82	7,55	135,52	0,58	2,23	3,59
	Jul	167,19	0,59	5,68	6,32	194,79	0,62	7,48	7,79	136,30	0,57	2,82	3,96
	Ago	167,97	0,47	6,17	6,65	196,02	0,63	8,16	8,40	136,61	0,23	3,06	3,88
	Set	167,99	0,01	6,18	6,52	196,02	0,00	8,16	8,33	136,50	-0,08	2,98	3,58
	Out	168,19	0,12	6,31	6,48	196,43	0,21	8,39	8,48	136,39	-0,09	2,89	3,16
	Nov	168,23	0,02	6,34	6,40	196,43	0,00	8,39	8,48	136,46	0,05	2,94	2,97
	Dez	168,28	0,03	6,37	6,37	196,43	0,00	8,39	8,39	136,57	0,08	3,03	3,03
2015	Jan	168,83	0,33	0,33	6,66	197,31	0,45	0,45	8,84	136,71	0,10	0,10	3,09
	Fev	169,00	0,10	0,43	6,52	197,31	0,00	0,45	8,58	137,08	0,27	0,37	3,12
	Mar	169,10	0,06	0,48	6,50	197,67	0,18	0,63	8,66	137,28	0,15	0,52	3,24
	Abr	169,66	0,33	0,82	6,69	197,31	-0,18	0,45	8,43	138,48	0,88	1,40	3,78
	Mai	173,41	2,21	3,05	7,21	204,17	3,48	3,94	9,83	138,80	0,23	1,63	3,01
	Jun	175,52	1,22	4,30	5,60	208,16	1,95	5,97	7,53	138,91	0,08	1,71	2,50
	Jul	176,00	0,27	4,59	5,27	209,06	0,43	6,43	7,33	138,91	0,00	1,71	1,91
	Ago	175,94	-0,03	4,55	4,74	209,06	0,00	6,43	6,65	138,68	-0,17	1,54	1,51
	Set	176,26	0,18	4,74	4,93	209,21	0,07	6,51	6,73	139,17	0,35	1,90	1,95
	Out	176,23	-0,02	4,72	4,78	209,21	0,00	6,51	6,51	139,10	-0,05	1,85	1,99

(*) Valor referente ao último mês do período.
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV

PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO*

Dentre os itens pesquisados, "Bloco cerâmico" foi apontado pelas construtoras como o de maior elevação nos últimos 12 meses em São Paulo (8,42%). Por sua vez, "Concreto" e "Aço" apresentaram redução do preço unitário, respectivamente, de 0,32% e 2,23% no período.

Outubro de 2015 – Ordem decrescente de variação percentual em 12 meses

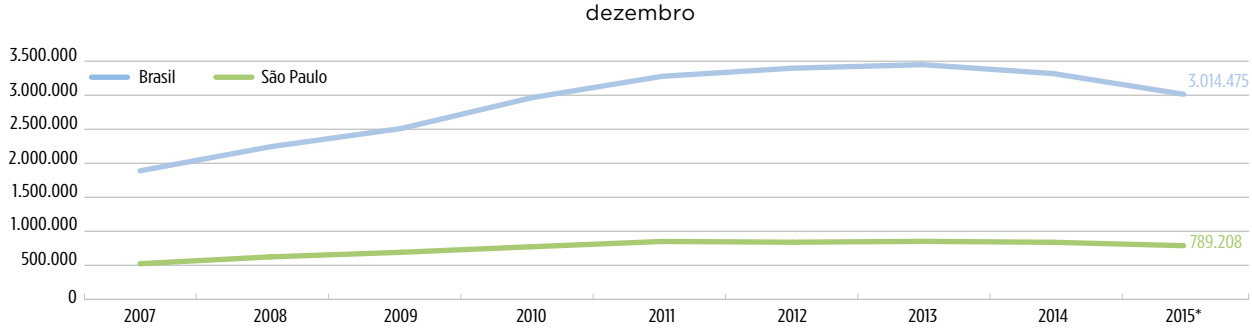
Material (*)	Unidade	Preço	Variação (%)		
			Mês	Ano	12 Meses
IGP-M -Outubro/2015	Índice	604,832	1,89	8,35	10,09
Bloco cerâmico p/ alv vedação 9x19x19cm	milheiro	474,95	0,00	7,04	8,42
Telha ondulada fibrocimento 6 mm	m²	16,22	1,00	5,74	7,28
Chapa compensado plastificado 18mm	m²	30,63	-0,23	6,13	6,35
Emulsão asfáltica c/elastômero p/imperm.	kg	7,32	0,97	5,48	6,09
Tinta látex branca PVA	lata	169,90	0,03	5,24	4,88
Vidro liso transparente 4 mm c/ massa	m²	55,54	0,00	4,10	4,28
Bloco de concreto 19x19x39cm	unidade	1,99	1,02	4,19	4,19
Areia média lavada	m³	68,45	0,60	3,29	3,78
Registro de pressão cromado Ø=1,27cm	unidade	60,89	0,00	3,52	3,43
Alimentação tipo marmitex nº 8	unidade	9,83	0,00	3,36	3,36
Tubo PVC-R rígido p/ esgoto Ø 150 mm	m	23,87	0,29	2,80	3,02
Janela de correr 2 folhas 1,2x1,2 m	m²	265,84	0,00	2,90	2,89
Fio cobre antichama isol. 750 V 2,5 mm²	rolo	72,74	1,15	2,09	2,12
Placa de gesso p/ forro s/ colocação	m²	10,65	0,00	2,01	2,01
CUB- Materiais	R$/m²	454,50	-0,05	1,85	1,99
Placa cerâmica (azulejo) 15x15cm 1ª linha PEI II	m²	16,69	0,00	1,46	1,89
Cimento CPE-32 saco 50kg	saco	20,93	0,19	1,70	1,70
Esquadrias correr 4 folhas al. 2,0x1,4m	m²	308,40	0,01	1,46	1,64
Porta lisa p/ pintura 3,5x70x210cm	unidade	89,58	0,58	1,42	1,56
Tubo de ferro galv. c/ costura Ø 2 1/2"	m	43,46	0,00	0,56	1,33
Brita 2	m³	73,74	0,35	0,86	1,32
Fechadura, tráfego moderado acab. cromo	unidade	40,54	0,70	1,60	1,22
Disjuntor tripolar 70 A	unidade	63,24	0,67	1,09	1,09
Bancada de pia de mármore 2x0,6x0,02cm	unidade	284,42	0,00	0,56	0,96
Bacia sanit. branca c/ cx. acoplada 6 L	unidade	170,65	0,15	0,70	0,70
Locação de betoneira elétrica 320 l	R$/mês	196,98	-0,11	0,08	0,32
Concreto FCK=25 MPa	m³	248,94	0,00	-0,51	-0,32
Aço CA-50 Ø 10 mm	kg	3,51	-1,13	-2,23	-2,23

(*) Preços médios informados pelas construtoras
Fonte: Secon/SindusCon-SP

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

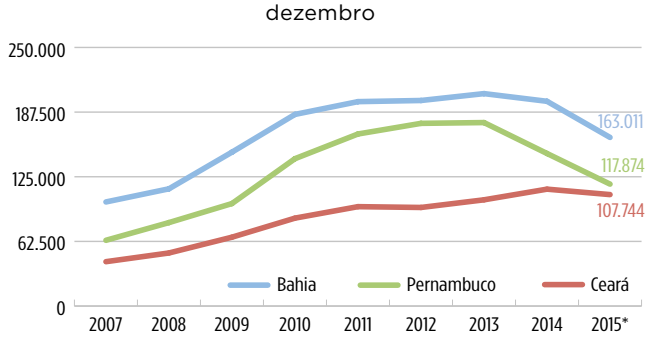
Em outubro, o setor da construção empregou 3,01 milhões de pessoas. Santa Catarina foi o Estado que registrou menor queda (-6,68%) em relação ao mesmo mês do ano anterior. Rondônia, Roraima, Pernambuco e o Acre foram os mais afetados com a retração, ultrapassando 25% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL



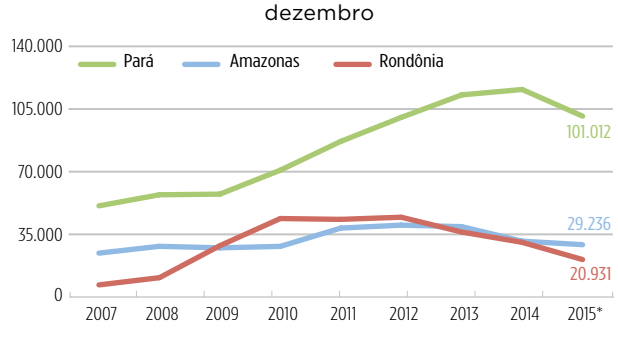
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

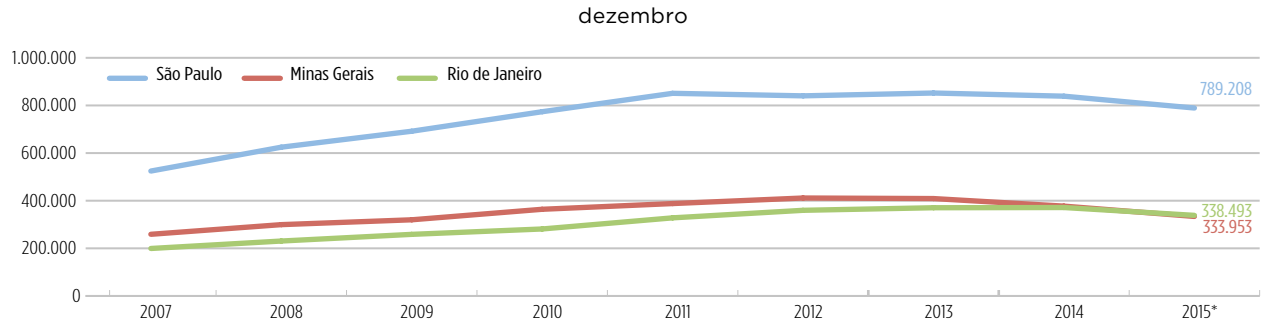
Período		Região Norte							Região Nordeste								
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
2014	Jul	37.202	8.833	33.829	4.022	130.637	8.730	16.806	63.900	40.493	111.219	50.510	54.828	164.638	35.817	35.939	205.187
	Ago	36.540	8.853	33.638	4.184	131.796	8.703	17.270	65.768	40.192	113.662	49.883	54.705	163.809	35.981	35.882	207.323
	Set	34.906	8.714	33.940	4.127	134.035	8.601	17.172	67.230	39.034	115.956	51.194	55.035	163.561	36.199	35.507	209.587
	Out	33.752	8.401	33.402	3.986	131.047	8.568	16.580	64.288	40.049	116.478	50.953	54.595	159.842	36.638	35.193	204.605
	Nov	32.552	7.822	32.569	3.678	126.814	8.420	15.669	61.246	39.474	117.368	49.895	53.809	153.167	36.239	34.799	208.006
	Dez	30.541	7.153	31.190	3.529	115.908	7.658	14.199	57.195	38.856	113.006	47.940	52.548	147.481	35.149	33.621	197.939
2015	Jan	29.921	6.799	30.952	3.483	114.093	7.314	14.057	55.677	38.340	111.898	47.868	52.209	142.793	34.729	33.629	195.304
	Fev	27.393	6.609	30.737	3.439	112.705	7.023	14.085	53.983	37.941	112.488	47.126	51.247	139.480	34.527	33.334	191.199
	Mar	27.158	6.384	30.624	3.400	111.678	6.706	13.936	52.964	37.306	111.654	46.670	50.618	136.889	34.557	33.284	189.024
	Abr	26.138	6.377	30.000	3.283	109.298	6.512	13.580	51.628	36.410	111.028	46.150	49.528	132.388	34.683	33.021	185.971
	Mai	25.638	6.313	29.859	3.055	109.156	6.224	13.739	52.983	35.461	111.530	45.315	48.572	129.213	34.187	32.754	181.030
	Jun	24.570	6.394	30.374	2.774	108.043	6.240	13.797	55.011	34.450	112.537	44.311	47.509	126.873	33.412	32.536	175.977
	Jul	24.105	6.387	30.542	2.607	110.120	6.309	13.565	56.548	33.622	113.072	43.692	46.315	123.496	33.524	32.558	172.583
	Ago	23.501	6.343	30.452	2.774	108.131	6.266	13.286	56.951	32.905	112.447	42.745	46.165	120.824	33.130	32.327	169.020
	Set	22.677	6.339	29.960	2.844	107.485	6.302	12.820	57.288	31.951	110.791	42.819	45.962	120.327	32.803	32.095	166.771
	Out	20.931	6.257	29.236	2.747	101.012	6.538	12.618	57.203	32.040	107.744	42.280	45.446	117.874	32.215	31.702	163.011

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

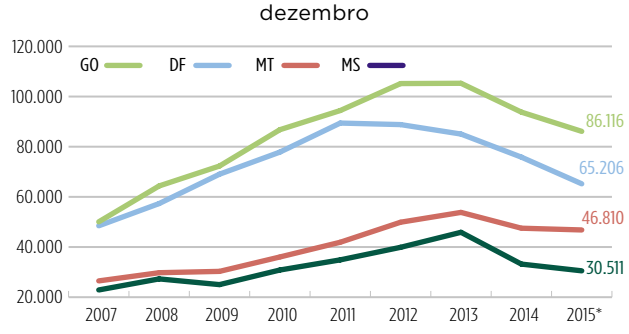
A região Sudeste compreende 50,33% do total de empregados com carteira na construção e registrou redução de 8,24% na comparação outubro de 2015 contra dezembro de 2014. As regiões Norte e Nordeste registraram as maiores deterioração nesse mesmo período, com quedas de 14,67% e 13,02%, respectivamente.

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO SUDESTE



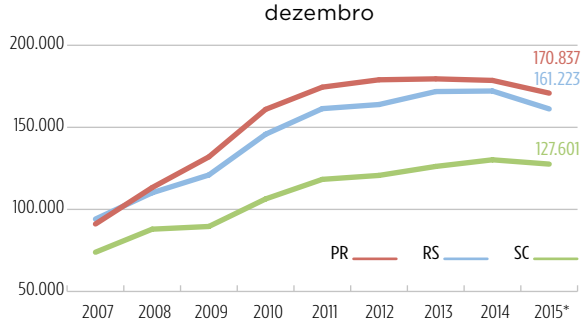
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO NA REGIÃO SUL



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO NA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a outubro

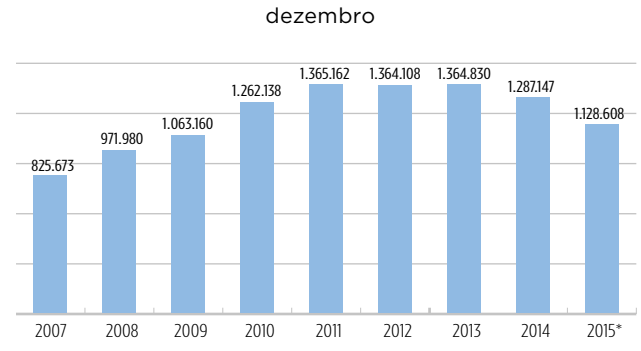
Período		Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2014	Jul	414.042	73.222	375.374	867.558	191.000	137.154	176.733	43.257	58.589	114.389	81.574
	Ago	413.267	73.479	376.467	864.723	191.110	138.016	175.739	44.114	58.332	114.451	80.546
	Set	414.743	73.925	377.090	864.488	192.302	137.991	176.796	44.060	57.668	114.664	79.923
	Out	413.246	72.667	375.235	857.221	190.411	137.277	175.923	41.518	57.219	113.035	77.847
2015	Jan	378.882	66.115	362.984	844.528	181.012	133.122	172.534	32.320	47.283	94.568	74.883
	Fev	378.059	63.956	358.431	839.250	180.740	133.316	171.665	32.054	47.625	94.225	73.698
	Mar	373.026	63.227	357.048	837.792	180.054	133.858	171.148	31.685	47.707	92.255	73.291
	Abr	366.994	62.462	355.704	837.169	179.117	134.285	171.467	31.661	48.520	92.067	73.065
	Mai	359.425	60.232	356.412	826.875	179.490	133.248	168.720	31.734	48.732	90.457	71.382
	Jun	352.336	59.235	357.202	819.853	177.458	132.492	166.104	31.312	49.539	91.382	69.734
	Jul	347.260	58.006	354.558	813.883	175.901	131.304	164.337	31.194	49.641	90.322	68.583
	Ago	342.713	57.022	351.506	808.966	174.885	130.869	162.915	31.013	49.960	89.328	67.789
	Set	339.009	56.548	346.446	799.671	173.629	129.794	161.888	30.683	48.663	87.973	66.932
	Out	333.953	55.663	338.493	789.208	170.837	127.601	161.223	30.511	46.810	86.116	65.206
	Jun	352.336	59.235	357.202	819.853	177.458	132.492	166.104	31.312	49.539	91.382	69.734
	Jul	347.260	58.006	354.558	813.883	175.901	131.304	164.337	31.194	49.641	90.322	68.583

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA POR SEGMENTO

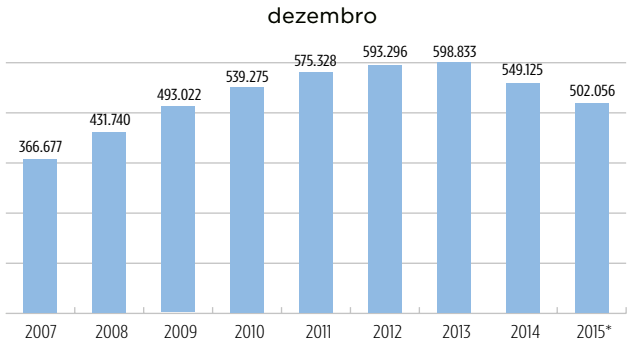
O emprego no segmento de Edificações, que representa 37,44% do total do setor da Construção, registrou a maior retração em outubro, com uma queda de 17,72% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EMPREGO NO BRASIL - EDIFICAÇÕES



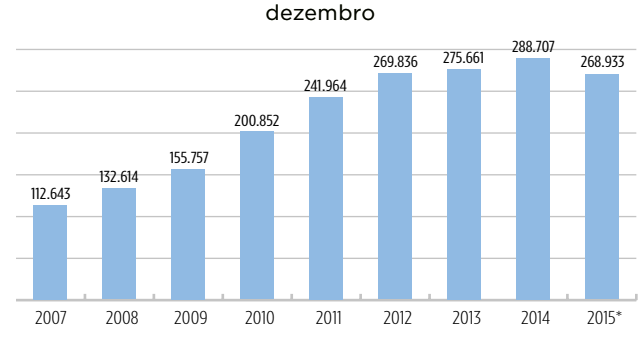
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO NO BRASIL - INFRAESTRUTURA



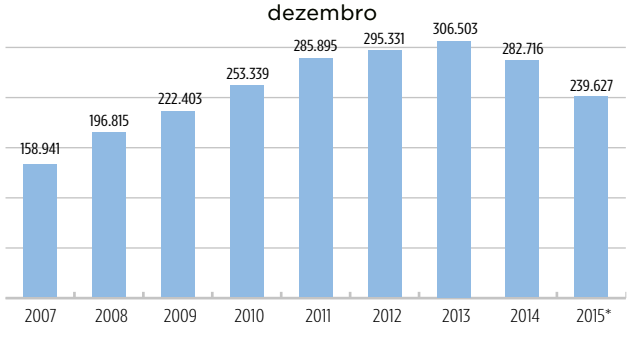
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO NO BRASIL - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO NO BRASIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

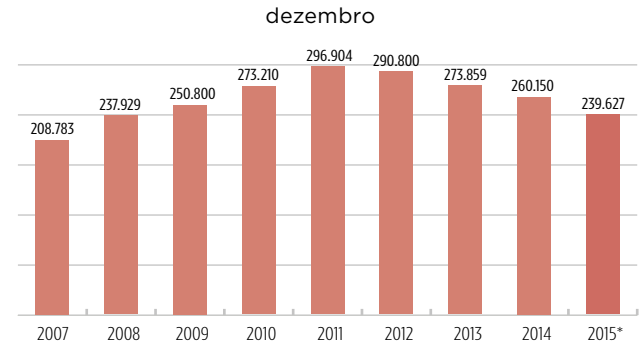
Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Jun	145.115	1.383.236	615.552	436.109	185.826	2.765.838	299.691	297.477	182.209	779.377	3.545.215
	Jul	146.530	1.384.331	615.965	435.458	186.171	2.768.455	299.430	297.704	182.605	779.739	3.548.194
	Ago	147.471	1.384.690	615.217	435.468	186.533	2.769.379	299.874	297.972	183.920	781.766	3.551.145
	Set	148.857	1.385.795	616.416	438.622	187.283	2.776.973	300.828	298.596	184.763	784.187	3.561.160
	Out	147.960	1.371.750	603.480	433.479	187.271	2.743.940	298.334	296.174	184.240	778.748	3.522.688
	Nov	144.872	1.350.171	585.728	431.012	185.705	2.697.488	297.405	291.033	181.798	770.236	3.467.724
	Dez	137.937	1.287.147	549.125	417.909	179.651	2.571.769	288.707	282.716	175.502	746.925	3.318.694
2015	Jan	136.212	1.286.563	538.332	415.870	182.943	2.559.920	288.992	280.763	177.622	747.377	3.307.297
	Fev	133.940	1.275.507	531.597	411.841	182.275	2.535.160	288.000	276.616	176.559	741.175	3.276.335
	Mar	132.946	1.261.930	526.409	413.231	182.259	2.516.775	287.551	272.878	176.739	737.168	3.253.943
	Abr	132.317	1.248.395	522.826	408.241	181.934	2.493.713	287.000	271.040	176.753	734.793	3.228.506
	Mai	132.032	1.227.490	521.670	403.486	180.310	2.464.988	284.503	266.562	175.683	726.748	3.191.736
	Jun	132.225	1.207.595	521.150	402.033	178.451	2.441.454	281.460	263.455	175.086	720.001	3.161.455
	Jul	130.966	1.189.693	522.066	402.089	176.850	2.421.664	277.528	261.962	172.880	712.370	3.134.034
	Ago	129.862	1.171.180	521.155	399.583	176.682	2.398.462	274.936	259.822	171.013	705.771	3.104.233
	Set	128.599	1.151.878	518.528	397.324	175.663	2.371.992	272.032	257.184	169.262	698.478	3.070.470
	Out	126.230	1.128.608	502.056	392.345	174.237	2.323.476	268.933	254.118	167.948	690.999	3.014.475

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO PAULISTA POR SEGMENTO

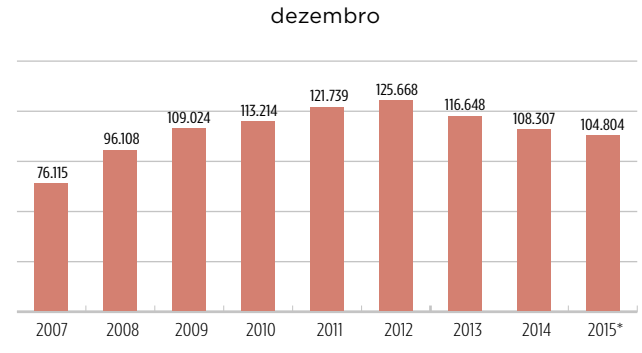
Em outubro, o segmento de Edificações no estado de São Paulo teve seu contingente de trabalhadores reduzido em 12,71% em relação ao mesmo mês do ano anterior, maior redução registrada no setor. A redução total do emprego no setor no Estado foi de 9,96% no mesmo período.

EMPREGO EM SÃO PAULO - EDIFICAÇÕES



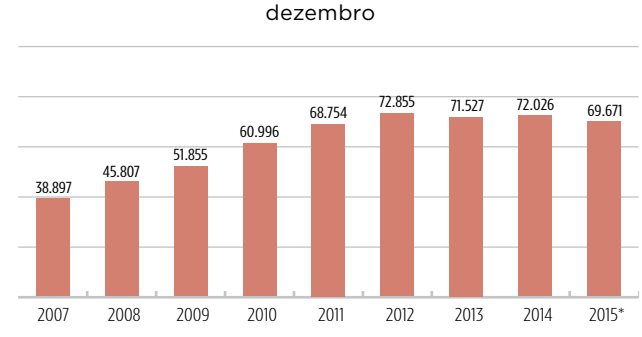
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO EM SÃO PAULO - INFRAESTRUTURA



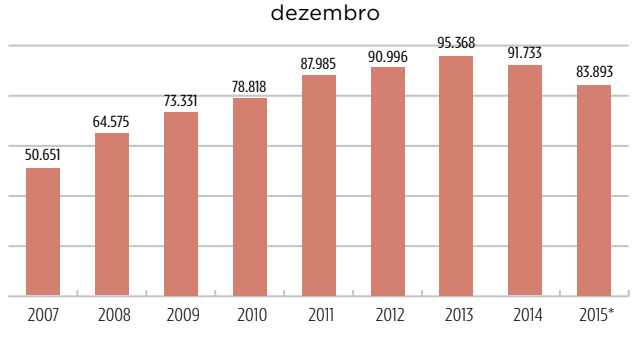
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO EM SÃO PAULO - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

EMPREGO EM SÃO PAULO - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a outubro

Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infraestrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Jun	40.283	279.992	118.784	143.769	78.140	660.968	73.682	94.601	57.327	225.610	886.578
	Jul	40.228	280.108	118.058	144.467	78.427	661.288	73.521	94.617	57.446	225.584	886.872
	Ago	40.034	278.341	117.858	143.615	77.898	657.746	73.694	94.937	57.660	226.291	884.037
	Set	39.866	277.407	117.067	144.288	78.338	656.966	73.978	95.270	57.588	226.836	883.802
	Out	39.843	274.533	115.660	142.434	78.583	651.053	73.523	94.479	57.480	225.482	876.535
	Nov	39.239	270.807	114.406	142.102	77.686	644.240	73.121	93.490	56.672	223.283	867.523
	Dez	38.090	260.150	108.307	138.071	75.275	619.893	72.026	91.733	55.247	219.006	838.899
2015	Jan	38.096	262.310	107.728	139.342	76.988	624.464	72.139	91.084	56.841	220.064	844.528
	Fev	37.916	260.315	106.619	139.170	76.592	620.612	72.105	89.874	56.659	218.638	839.250
	Mar	37.801	259.197	106.845	139.185	76.086	619.114	72.278	89.501	56.899	218.678	837.792
	Abr	37.970	260.414	106.595	136.455	76.411	617.845	72.664	88.992	57.668	219.324	837.169
	Mai	37.534	257.506	106.701	132.561	74.930	609.232	72.355	87.776	57.512	217.643	826.875
	Jun	37.246	254.351	106.642	131.567	74.402	604.208	71.998	86.576	57.071	215.645	819.853
	Jul	36.828	250.258	106.476	132.648	73.390	599.600	71.613	86.070	56.600	214.283	813.883
	Ago	36.598	247.035	106.650	132.605	73.526	596.414	71.243	85.632	55.677	212.552	808.966
	Set	36.258	243.562	106.000	131.181	72.822	589.823	70.514	84.717	54.617	209.848	799.671
	Out	35.732	239.627	104.804	129.565	71.952	581.680	69.671	83.893	53.964	207.528	789.208

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

FGV IBRE

Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente e disponibiliza consulta sistemática online da sua produção estatística na forma de banco de dados.

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índices de Preços Customizados** suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** - de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Formulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais** - Construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS LICENCIADOS

- **FGV Dados** - FGV Dados: banco de dados online que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - da Indústria; do Comércio; da Construção; de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



Fale Conosco: ibre@fgv.br | 3799-6799 | www.fgv.br/ibre